

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO**

GUILHERME LIMA GUNTHER

**Jornalismo Ambiental e a EcoAgência:
a cobertura sobre o CONSEMA e a definição do Zoneamento
Ambiental da Silvicultura no Rio Grande do Sul em 2008**

**PORTO ALEGRE
2011**

GUILHERME LIMA GUNTHER

**Jornalismo Ambiental e a EcoAgência:
a cobertura sobre o CONSEMA e a definição do Zoneamento
Ambiental da Silvicultura no Rio Grande do Sul em 2008**

Monografia de conclusão do Curso de Graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação Jornalismo.

Orientadora: Prof^ª.Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

**PORTO ALEGRE
2011**

GUILHERME LIMA GUNTHER

**Jornalismo Ambiental e a EcoAgência:
a cobertura sobre o CONSEMA e a definição do Zoneamento
Ambiental da Silvicultura no Rio Grande do Sul em 2008**

Monografia de conclusão do Curso de Graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação Jornalismo.

Orientadora: Prof^a.Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dra. Ilza Maria Torinho Girardi

Prof^a Mestre Rosa Nívea Pedroso

Prof^a.Mestre Cristine Kaufmann

AGRADECIMENTOS

*Agradeço todo o apoio, paciência e consideração
da minha família, dos meus amigos e
da minha Orientadora.*

RESUMO

Este estudo tem como objetivo investigar a cobertura jornalística realizada pelo repórter da EcoAgência sobre as reuniões do Conselho Estadual do Meio Ambiente que definiram o Zoneamento Ambiental para a prática da Silvicultura no RS. Faz a contextualização do tema a partir da recuperação histórica da EcoAgência e apresenta as dificuldades, os princípios e os projetos desenvolvidos por ela. Como embasamento teórico estrutura o conceito de consciência ecológica e o articula com a prática do jornalismo ambiental. Desta análise traz conclusões sobre o fazer jornalístico dedicado aos assuntos do meio ambiente. Por fim, estabelece uma discussão dos valores éticos que balizam a conduta do jornalista ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: consciência ecológica - jornalismo ambiental – ecoagência – zoneamento ambiental – silvicultura

ABSTRACT

This study aims to investigate the coverage held by EcoAgência reporter on the meetings of State Council on the Environment that defined the Environmental Zoning for the practice of Forestry in RS. Does the context of the theme from the recovery of historical EcoAgência and presents the difficulties, the principles and projects developed by it. As a theoretical foundation structure the concept of ecological awareness and articulates with the practice of environmental journalism. This analysis brings to conclusions about the newspaper devoted to environmental issues. Finally, provides a discussion of the ethical values that guide the conduct of an environmental journalist.

KEYWORDS: environmental awareness - environmental journalism - ecoagência - environmental zoning - forestry

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGAPAN Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

CONSEMA Conselho Estadual do Meio Ambiente

NEJ/RS Núcleo de Ecojornalistas do RS

UPN União Protetora da Natureza

ZAS Zoneamento Ambiental para a atividade da Silvicultura do RS

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA.....	11
3	JORNALISMO AMBIENTAL.....	20
4	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	27
5	ECOAGÊNCIA.....	30
5.1	Formação do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul.....	30
5.2	Terças Ecológicas.....	32
5.3	Programa Sintonia da Terra.....	33
5.4	Jornalismo Ambiental no meio Acadêmico.....	33
5.5	Reconhecimento público e algumas conquistas.....	34
5.6	Jornalismo Ambiental.....	34
5.7	Criação da Agência de Notícias.....	36
5.8	Para o Amanhã.....	40
5.9	Relação Com Patrocinadores.....	40
5.10	Militância e Jornalismo Ambiental.....	42
5.11	Financiamento Público.....	43
6	ANÁLISE DA COBERTURA DAS REUNIÕES DO CONSEMA EM 2008.....	45
6.1	A pré-cobertura.....	50
6.2	A Cobertura.....	52
6.3	Tempo de cobertura e produtividade.....	52
6.4	Fontes e Documentos.....	52
6.5	Diferenças entre dois tipos de cobertura.....	53
6.6	Trabalho de Campo.....	55
6.7	A importância da preparação do repórter.....	57
6.8	Intervenção Branca.....	57
6.9	Os Ataques.....	58
6.10	Pós-Cobertura.....	59
6.11	Análise das matérias.....	61
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
	REFERÊNCIAS.....	68
	ANEXO A.....	70
	ANEXOB.....	71

1 INTRODUÇÃO

Faz parte de meu histórico de vida o privilégio de poder estar em contato com a natureza, especialmente em espaços bastante conservados, sempre que tive vontade. Desde a infância até parte da vida adulta, vivi em um município pequeno, onde uma parte de suas matas nativas ainda se fazia presente. A essa experiência atribuo minha simpatia e sensibilidade por todos os assuntos de cunho ambiental. Porém, só adquiri a visão política e cidadã e tive a idéia da dimensão e da complexidade da temática ambiental quando chegou até minhas mãos o livro do Professor José Lutzenberger chamado *Manifesto Ecológico Brasileiro: O Fim do futuro?* A partir daquele instante me senti sempre instigado a conhecer mais e mais a natureza do mundo que vivemos.

Como visto, o estudo do meio ambiente, o engajamento em lutas pela sua conservação e o diálogo permanente com pessoas sobre os problemas ecológicos já faziam parte de minha “agenda” cotidiana antes de ingressar no curso de Comunicação Social – Jornalismo. Durante o período acadêmico, meu interesse pela pauta se ampliou, surgiram diferentes perspectivas de análise da questão e também novas possibilidades de interação através das ferramentas da comunicação. Como exemplo disso, cito o presente trabalho de conclusão de curso em que coloco como pano de fundo o debate da problemática ambiental desde a ótica do Jornalismo.

Na tentativa de contribuir para o enriquecimento das discussões ligadas ao jornalismo ambiental, trago como objeto de estudo a Ecoagência Solidária de Notícias Ambientais. Observa-se nas matérias postadas no seu *site*¹ que, mesmo que mantida por meio do trabalho voluntário dos jornalistas associados ao Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, apresenta um material informativo amplo sobre os temas que estão em pauta e aborda aspectos complexos e conflitantes que não aparecem nos grandes veículos de jornalismo. Dessa observação como leitor, surge a questão desta pesquisa: como se deu a cobertura efetuada pela Ecoagência sobre as discussões do CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente) realizadas para discutir o Zoneamento Ambiental da Silvicultura no Rio Grande do

¹ www.ecoagencia.com.br

Sul em 2008? O objetivo geral é analisar a cobertura efetuada pela EcoAgência sobre essas discussões do CONSEMA. Em específico vamos analisar os seguintes aspectos:

- a) averiguar como o conceito de consciência ecológica se aplica à prática do jornalismo ambiental na EcoAgência;
- b) contextualizar a história da EcoAgência como uma mídia independente.
- c) verificar se os critérios do jornalismo ambiental foram aplicados na cobertura foco deste trabalho;
- d) verificar se a EcoAgência conseguiu realizar uma cobertura diferenciada da grande imprensa.

Para atender aos objetivos propostos a pesquisa está estruturada em sete capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo, abordará a consciência ecológica como um ponto que pode ser considerado central para quem pratica jornalismo ambiental. No terceiro capítulo serão tratadas questões essenciais referentes ao jornalismo ambiental, seus conceitos, sua definição, sua função social, seu diferencial na prática jornalística em relação ao jornalismo tradicional e as perspectivas para o futuro deste ramo dentro da profissão.

No quarto capítulo será apresentada a metodologia utilizada para recuperar a história da EcoAgência e para a análise da cobertura realizada sobre os fatos relacionados a alteração do zoneamento ambiental para silvicultura e as reuniões do CONSEMA em 2008

No quinto capítulo, temos um exemplo regional de prática jornalística ambiental. A Ecoagência é uma agência de notícias ambientais ligada ao Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul e que atua especificamente com temáticas ambientais. Será apresentado o histórico dessa agência e do próprio Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ/RS), as razões para sua criação, as dificuldades econômicas e políticas enfrentadas no passado e no presente, a invasão do site em 2008 por hackers, sua organização e funcionamento, a questão

do jornalista militante e por fim vamos abordar o tema do financiamento público para a comunicação.

No capítulo seguinte, o sexto, será feita a análise da cobertura das reuniões do CONSEMA para definir o Zoneamento Ambiental para a prática da Silvicultura no RS. O contexto e o desenvolvimento deste trabalho serão retratados a partir de entrevista concedida pelo Jornalista Ulisses Nenê que realizou a cobertura, e pela análise de algumas das matérias produzidas pelo repórter. Na entrevista foram considerados elementos como a preparação, o envolvimento, as dificuldades, as percepções e opiniões do jornalista. Sobre as matérias serão utilizados alguns critérios, devidamente expostos no próprio capítulo, para avaliar a qualidade do trabalho sob investigação.

Por fim, no sétimo capítulo, traremos uma última discussão, e não menos importante, que será sobre a relação do jornalismo (ambiental) que se faz engajado, ou que assume abertamente determinados posicionamentos, e a credibilidade de sua imagem e informações perante o público consumidor. Neste último diálogo, estarão conectados os pontos mais relevantes da pesquisa e aqueles que conversam com a credibilidade de um veículo ou de um repórter serão lembrados a título de reforço.

2 CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher seu futuro [...] ou formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a diversidade da vida.²

O texto acima abre a Carta da Terra, documento lançado no ano 2000 e que já foi traduzido para mais de 40 línguas e subscrito por mais de 4.600 organizações, incluindo a UNESCO, a IUCN (A União Internacional para a Conservação da Natureza) e o ICLEI (Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais)³ e que se tornou um marco para o debate da consciência ecológica ao expor as feridas da crise ambiental e propor soluções.

Até o início da Era Industrial a noção de complicações ecológicas não ia além de incêndios casuais, alguma contaminação por mercúrio ou chumbo no garimpo, mas em geral eram casos isolados. Em meados do século XIX, alguns inventos tecnológicos nos levaram a começar a perceber o processo de degradação da natureza. A máquina a vapor, o refinamento do petróleo, a produção em série, o automóvel, o avião, entre tantos outros avanços tecnológicos, mudaram definitivamente o modo de viver da humanidade. Praticidade, conforto, comodismo e inovação foram os argumentos para que a sociedade aceitasse de imediato as promessas do reinado tecnocracia. Todavia as conseqüências desse estilo de vida moderno foram ignoradas. Montanhas de lixo nas periferias dos centros urbanos, gases tóxicos, rios e mares contaminados, grandes florestas destruídas, muitas espécies quase dizimadas, e nenhuma medida adotada para resolver ou amenizar esse quadro. Tanto os Governos, quanto as empresas não tomavam conhecimento dos danos que o progresso tecnológico poderia trazer a reboque de suas inventividades.

Em meados do século XX, alguns ambientalistas começaram a fazer protestos constantes e a desafiar as autoridades. No Rio Grande do Sul, Henrique

² <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>

³ Dados atualizados até o ano 2008 - <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/history.html>

Luis Roessler⁴ foi pioneiro no movimento ambientalista no País. Nas palavras de José Lutzenberger, “foi quem começou tudo isso” ao se referir a Roessler. Ayrton Centeno (2006), que fez um resgate histórico da vida desse pioneiro da ecologia, e ao qual atribuiu o título de “o primeiro ecopolítico”, conta em seu livro que a UPN (União Protetora da Natureza) - ONG fundada por Roessler - nasceu 16 anos antes da Agapan de Lutzenberger, e que Roessler veio antes de Chico Mendes e do Greenpeace. Para CENTENO (2006), na verdade, Roessler antecede o próprio ambientalismo.

Sobre a degradação da natureza destaco duas frases de Roessler que até hoje se mantém na vanguarda do pensamento ambientalista:

a) “A História Universal comprova que os povos que se desfizeram de seus recursos naturais, cujo maior é a floresta, empobreceram, se tornaram escravos e desapareceram do mundo”. (CENTENO, 2006, p.21);

b) “Nos últimos anos a humanidade está se envenenando sem dar-se conta disso, ingerindo os inseticidas mortíferos que se fixaram nos legumes e frutas e na carne de corte e bebendo as águas poluídas, saturadas de tóxicos [...]” (CENTENO, 2006, p.35).

Pelos últimos 50 anos, a questão ambiental passou por um lento e gradual processo de reconhecimento como um tema de importância para a sociedade, porém a custo de incontestáveis prejuízos trazidos pelo descaso. A crise ambiental é essencialmente uma crise ideológica. Conforme Pedro Roberto Jacobi (2005, p.240), “vive-se uma crise que, mais que ecológica, é uma crise do estilo de pensamento, dos imaginários sociais, dos pressupostos epistemológicos e do conhecimento que sustentaram a modernidade.” Para o mesmo autor (p.241) trata-se de “uma crise do ser no mundo que se manifesta em toda sua plenitude: nos espaços internos do sujeito, nas condutas sociais autodestrutivas; e nos espaços externos, na degradação da natureza e da qualidade de vida das pessoas”.

O quadro clama por mudanças que exige que a perspectiva ambiental também atinja os Governos, as Instituições Públicas e os setores decisivos da sociedade que se encontram à frente de decisões com repercussão imediata sobre os rumos da Humanidade. Para isso, é preciso reconhecer que o modo como temos explorado os recursos naturais estão associados ao modelo de desenvolvimento que

⁴ Luis Roessler nasceu em Porto Alegre em 1896 e criado em São Leopoldo. Faleceu em 1963.

adotamos. Segundo (GUIMARÃES, 2001, p.51), esse quadro é “o que configura o esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente predador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo”.

Fritjof Capra (2005) alerta que nas próximas seguintes, a sobrevivência da espécie humana dependerá da alfabetização ecológica, ou seja, da capacidade de compreender os princípios básicos da ecologia e viver de acordo com eles. O autor nos apresenta tais princípios da seguinte forma:

- a) nenhum ecossistema produz resíduos, já que os resíduos de uma espécie são o alimento de outra;
- b) a matéria circula continuamente pela teia da vida;
- c) a energia que sustenta estes ciclos ecológicos vem do sol;
- d) a diversidade assegura a resiliência; e
- e) a vida, desde o seu início há mais de três bilhões de anos, não conquistou o planeta pela força, e sim através da cooperação, parcerias e trabalho em rede.

A alfabetização ecológica à qual Capra se refere depende de uma reforma profunda da educação, a partir de um pensamento crítico e interdisciplinar. Em SATO (2003), encontram-se os objetivos educacionais de Benjamin S. Bloom (1974) interpretados por SMYTH (*apud* SATO, 2003) e que resultam nos seguintes pontos básicos da educação ambiental:

Sensibilização Ambiental - Processo de alerta, considerado como primeiro objetivo para alcançar o pensamento sistêmico da educação ambiental.
 Compreensão Ambiental - Conhecimento dos componentes e dos mecanismos que regem o sistema natural.
 Responsabilidade Ambiental - Reconhecimento do ser humano como principal protagonista para determinar e garantir a manutenção do planeta.
 Competência Ambiental - Capacidade de avaliar e agir efetivamente no sistema (ambiental).
 Cidadania Ambiental - Capacidade de participar ativamente, resgatando os direitos e promovendo uma nova ética capaz de conciliar a natureza e a sociedade.(SATO, 2003, p.24)

Os saberes envolvidos na educação ambiental não devem estar interligados apenas com a temática ambiental, mas necessariamente conectados à política, à cultura, à economia, às artes e demais conhecimentos da natureza social da humanidade. De acordo com GIRARDI ET AL (2011):

a multidisciplinaridade estaria vinculada à abrangência de todas as demais áreas sociais, já que a questão ecológica deve ser trabalhada em conjunto com outras questões: a tecnologia, o desenvolvimento, os arranjos de produção, a política de produto, o tipo de nutrição, os estilos de vida, as

normas legais, as formas organizacionais e administrativas. Sua capacidade de compilar inúmeras temáticas é devido ao fato de sua centralidade ser o início e o motivo de tudo: vida. (GIRARDI ET AL, 2011, p.109)

O conceito de meio ambiente possui ainda uma dimensão espiritual. BOFF (2005) destaca essa dimensão lembrando que espírito é

a capacidade das energias primordiais e da própria matéria de interagirem entre si, de se autocriarem (autopoiese), de se auto-organizarem, de se constituírem em sistemas abertos, de se comunicarem e formarem teias cada vez mais complexas de inter-retro-relações que sustentam o universo inteiro. (BOFF, 2005, p.42)

Desse conceito de espírito, (BOFF, 2005) avança para um termo mais específico que é a espiritualidade ecológica. Ele sustenta que é preciso ser sensível ao trato uns com os outros, buscar a cooperação nas atividades do cotidiano, respeitar os demais seres da natureza destacando que “devemos ser espirituais”. Talvez nossa sobrevivência como espécie passe por esse despertar de consciência ecológica, mais abrangente, mais complexa e mais avançada. Certamente, a construção de uma sociedade de fato sustentável, socialmente mais igualitária e fraterna, e com melhor qualidade de vida pressupõe a interiorização individual dessa consciência ecológica. A ação individual amparada por esse pensamento ecológico é a base para o processo de renovação dos padrões de comportamento, com o objetivo de minimizar e, se possível, reverter a degradação ambiental.

Durante o ano de 2009, divulgou-se um estudo pela RAE Eletrônica⁵ da FGV (Fundação Getúlio Vargas), um conceito de consciência ambiental que se relaciona com a capacidade do indivíduo de se preocupar e envolver com questões ambientais. Para BEDANTE E SLONGO (2004), pode-se definir consciência ambiental como a tendência de um indivíduo em se posicionar frente aos assuntos relativos ao meio ambiente de uma maneira a favor ou contra. Assim, indivíduos com maiores níveis de consciência ambiental tenderiam a tomar decisões levando em consideração o impacto ambiental de suas posturas e ações. Segundo SCHLEGELMILCH ET AL (apud Gonçalves-Dias S. F. L., 2006, p.7), pode-se compreender a consciência ambiental como um “construto multidimensional

⁵ RAE electron. vol.8 no.1 São Paulo jan./jun. 2009 (<http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482009000100004>)

composto por elementos cognitivos, atitudinais e comportamentais”. De acordo com BEDANTE E SLOGO (2004), pode-se mensurar o nível de consciência ambiental de um indivíduo sob quatro aspectos. A forma mais usual consiste em fornecer opções entre proteção ambiental e interesses políticos e econômicos futuros, tais como aumento na taxa de emprego e crescimento econômico. Uma segunda forma encontra-se no questionamento quanto a percepção dos indivíduos e a poluição do meio ambiente. Pode-se também mensurar a consciência ambiental analisando se os respondentes, de alguma forma, estão engajados em alguma atividade em prol do meio ambiente. A quarta forma se dá por meio de perguntas relativamente abstratas sobre danos globais ao meio ambiente.

A partir dessas diferentes formas de abordagem sobre a consciência ecológica, o estudo estruturou cinco dimensões de ação dos indivíduos:

a) consumo engajado - expressa o nível de conscientização dos indivíduos sobre as questões ambientais que envolvem a postura dos fabricantes e também um caráter mais ativo na procura de opções de produtos ecologicamente corretos;

b) preocupação com o lixo - a atitude dos indivíduos quanto ao lixo e limpeza de ambientes domésticos e públicos;

c) boicote via consumo – relativo à postura dos indivíduos com maior propensão a penalizar produtos e serviços ecologicamente incorretos;

d) mobilização - postura pró-ativa na busca pela sensibilização de outros indivíduos no que se refere às questões ambientais;

e) ambiente doméstico - comportamento do indivíduo na vida domiciliar relacionado ao uso cotidiano de recursos naturais como energia elétrica e água.

Após a análise dos dados, o estudo apontou como conclusão quatro padrões de comportamento que aqui estão colocados em ordem decrescente em relação a preocupação do indivíduo com o meio ambiente. O Ativista, cujo comportamento tem destaque nas dimensões do consumo engajado e da mobilização; o Crítico que tem destaque no “boicote via consumo” e um nível mediano na “preocupação com o lixo”; o Descomprometido cuja conduta ganha destaque pela baixíssima preocupação com o lixo; e o Passivo em que o interesse pelas questões ambientais é menor do que o seu conhecimento relativo ao tema.

A partir desses padrões de comportamento, é necessário refletir de que forma a comunicação se insere na formulação desses níveis de consciência ambiental para

o consumo, considerando este como um exercício da cidadania. A comunicação é o elemento mais básico na estruturação de qualquer tipo de sociedade. A própria noção de cidadania e a possibilidade de consumo são derivadas desta. Para repensar alguma conduta social ou alterar qualquer tipo de padrão de consumo torna-se essencial passar antes pela comunicação. O sistema político majoritário no mundo é a Democracia, ou seja, aquele que em tese confere ao povo ou cidadãos o poder de decisão. Logo, se a comunicação está na essência da estrutura social, o direito à informação é essencial para a democracia. De acordo com GIRARDI ET AL (2011),

a comunicação é um elemento fundamental para o aperfeiçoamento da democracia na medida em que permite aos cidadãos terem acesso às informações que esclarecem questões fundamentais para a tomada de decisões referentes à esfera pública, além da participação mais ativa na sociedade. Esse direito à informação refere-se não apenas ao direito de ser informado, mas também ao direito de informar, de expressar interesses e opiniões. (GIRARDI ET AL, 2011, p. 112)

Na medida em que a circulação de informação contribui para a construção da cidadania os cidadãos vão percebendo a existência de novos direitos a serem conquistados, como o direito de viver num ambiente saudável. Nesse sentido abre-se a perspectiva de ampliar a discussão para a cidadania ambiental. Para WALDMAN (2003):

A noção de cidadania ambiental é indissociável de uma contextualização social e cultural, em qualquer plano, perspectiva ou sistema de relações. Ao universalizar direitos específicos e especificar direitos universais, sugere uma ampliação radical da noção mais costumeira de cidadania tal como esta tem freqüentado discursos e mobilizações sociais. (WALDMAN, 2003, p. 546)

Tal perspectiva de cidadania, vinculada a questões ambientais, leva à transformação do comportamento dominador do homem sobre o mundo em uma relação mais harmônica com todos os seres. Essa visão afeta também o consumo, pois o ato de consumir implica e exige consciência ecológica porque ao agir desse modo, atua-se não somente nas esferas privadas, como também nas esferas públicas. Sobre isso NEULS (2011) propõe a seguinte reflexão:

não basta uma atitude de consumo consciente, é preciso que essa atitude seja conhecida e reconhecida como tal, da mesma forma que os boicotes. Para que uma empresa seja pressionada a alterar sua forma de produção, ela precisa saber que seus consumidores assim desejam, o que nos leva novamente à relação entre a ação nas esferas privada e pública. O

consumidor consciente que atua somente na esfera privada faz pouco pela resolução dos problemas ambientais. (NEULS, 2011, p. 125)

A autora define que “o consumo pode ser uma ferramenta de exercício da cidadania, mas somente se o for dentro da esfera pública, como ação política claramente compreendida como tal pelos outros atores dessa esfera pública.” (p.130). De outra maneira, ela mostra que existem dois caminhos para atuar no meio social, dois tipos de cidadão: o primeiro em que o olhar está vinculado à preocupação ambiental, que busca saber os desdobramentos das próprias ações, que se importa com as decisões dos Governos, que está atento às condutas das empresas e dos demais cidadãos, e que fará o que necessário for para priorizar a qualidade de vida do “nós” antes do “eu”; e o segundo sujeito, é aquele antropocêntrico, individualista, que tem como motivação principal a satisfação dos próprios desejos. O primeiro tipo de cidadão pode ser entendido também como o “cidadão pleno que está consciente de nossa condição planetária e será capaz de transformar os modos de produção, através da conquista de espaço para sua expressão política” (NEULS, 2011, p,131).

Ainda sobre as duas possibilidades de exercer a cidadania, pode-se salientar que essas duas visões quase antagônicas não são recentes. Na década de 1970, o filósofo norueguês, estudioso da Ecologia, Arne Naess, definiu duas formas diferentes de ecologia, a “ecologia rasa” e a “ecologia profunda”. Em CAPRA (2005), encontramos uma explicação eficiente dessa distinção que vem a corroborar com as definições anteriores:

a ecologia rasa é antropocêntrica. Considera que o homem, como fonte de todo o valor, está acima ou fora da natureza e atribui a esta um valor apenas instrumental ou utilitário. A ecologia profunda não separa o homem do ambiente; na verdade não separa nada do ambiente. Não vê o mundo como uma coleção de objetos isolados e sim como uma rede de fenômenos indissolivelmente interligados e interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e encara o homem como apenas um dos filamentos da teia da vida. Reconhece que estamos todos inseridos nos processos cíclicos da natureza e que deles dependemos para viver. (CAPRA, 2005, p.21)

Concluimos que há necessidade de haver uma ruptura com o atual modelo civilizatório para que uma nova sociedade possa se reorganizar. Entretanto, essa visão não implica em abandonar completamente as estruturas sociais já existentes.

Uma das propriedades mais marcantes de uma consciência ecológica plena é a capacidade de reconhecer o produto, o modo e momento certo de se fazer uma reciclagem. Nesse caso, repensar a organização social e o modelo produtivo é uma via natural de evoluir, transgredir limites e forçar na civilização uma transformação que atinja um novo patamar de qualidade de vida. CAPRA (2005) reforça este pensamento ao explicar que

não precisamos inventar comunidades humanas sustentáveis a partir do zero, mas podemos moldá-las de acordo com os ecossistemas naturais, que são comunidades sustentáveis de plantas, animais e microorganismos. Como a principal característica da biosfera é sua capacidade intrínseca de manter a vida, uma comunidade humana sustentável deve ser planejada de modos que os estilos de vida, negócios, atividades econômicas, estruturas físicas e tecnologias não interfiram nessa capacidade da natureza de manter a vida. (CAPRA 2005, p.20)

O objetivo de reciclar nossa organização social a partir de estruturas naturais, esta acompanhado de uma visão sistêmica da vida. Os sistemas vivos são objeto de análise há algum tempo pelos estudiosos de campos como a biologia orgânica, a psicologia da Gestalt, a teoria geral dos sistemas como também da cibernética. CAPRA (2005, p.21) define sistemas vivos assim: "sistemas integrados cujas propriedades não podem ser reduzidas às suas partes menores. Embora seja possível distinguir as partes de qualquer sistema vivo, a natureza do todo é sempre diferente da simples soma de suas partes." A grande diferença entre as partes e o todo são as ramificações que conectam as partes para formar um todo. Essa visão é conhecida como "pensamento sistêmico". O autor nos diz que isso "significa pensar em termos de relações, padrões e contexto". São esses padrões que compõem a lógica do funcionamento dos sistemas vivos. Para ele (2005, p.22) "um dos mais importantes ensinamentos da abordagem sistêmica da vida é o reconhecimento de que as redes constituem o padrão básico de organização de todos os sistemas vivos".

É interessante observar que tal padrão de redes atinge desde a estruturação de uma única célula até os grandes ecossistemas planetários. Invariavelmente, cada um de nós integra e é constituído de inúmeras redes micro e macroscópicas. E, por este método organizacional espontâneo da natureza estar tão profundamente inserido no que é vivo, ele é perceptível da mesma forma nas relações humanas. Na família, no trabalho, nos esportes, na religião, nos bares, nos hospitais, e em

qualquer outro local onde houver mais de um ser humano, uma nova rede de relações estará surgindo. Para (CAPRA, 2005, p.23), “a vida na sociedade também pode ser compreendida em termos de redes, mas neste caso não estamos lidando com reações químicas (como nos seres vivos); estamos lidando com comunicações.” Tal afirmativa sustenta-se ainda mais com a consolidação da Internet como ferramenta por excelência para a participação em redes sociais. Portanto, a comunicação assume função imprescindível dentro da sociedade (tanto como via de acesso, quanto fator estruturante acessível a todos.

Desta forma a comunicação exerce uma função fundamental na promoção da consciência ambiental e do jornalismo, como uma das subáreas da comunicação, e que tem um papel destacado. No capítulo seguinte, vamos nos ater sobre o jornalismo ambiental que tem por objetivo educar o jornalista a ter um outro olhar para tratar dos temas ambientais, e de tudo que diz respeito à sustentabilidade da vida no Planeta.

3 JORNALISMO AMBIENTAL

Para compreender a temática ambiental é imprescindível valer-se do pensamento sistêmico, mais abrangente, mais complexo, mais radial e menos linear, que considera as redes como padrão de tudo que é vivo. Em geral, a grande mídia ignora a visão sistêmica ao fazer suas coberturas, em especial a ambiental, produzindo matérias e notícias simplistas, desconectadas do contexto, superficiais e pouco reflexivas. Conteúdos de relevância inquestionável como os da área ambiental são empobrecidos e tornam-se desinteressantes ao público por duas razões principais: a falta de investimento em capital humano que capacite os jornalistas a tratarem do assunto com mais propriedade; e a quase total ausência de espaço nas grandes mídias para discussões plurais e aprofundadas. Por vezes pautas que não interessam ao mercado publicitário por questionarem seus próprios modelos são retiradas ou reduzidas durante a linha de produção das redações. A própria configuração dos jornais em editorias separadas contribui para uma visão limitada dos elementos que se relacionam com cada fato noticiado. Uma reportagem ambiental não pode ser considerada completa se não tocar em aspectos diversos como o econômico, o social e o cultural que sempre estarão presentes quando o evento possuir qualquer vínculo com o ser humano. Ao contrário disso, reportagens alarmistas que tornam o sensacional, o trágico e o inusitado como o centro da informação, prestam um desserviço à expansão da consciência ecológica que implica em percepções mais lúcidas e multifacetadas. De acordo com BUENO (2008), jornalismo ambiental é:

o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisa, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado. (BUENO, 2008,p.109)

Em consonância a esta visão, SCHWAAB E GIRARDI (2008) complementam:

Jornalismo Ambiental abriga peculiaridades. Logicamente, segue preceitos do Jornalismo, mas reforça a exploração de dados, a apuração, as ligações que envolvem o fato noticiado, suas conseqüências e origens, [...] fornece evidências, diagnósticos que ajudam na construção de um saber ambiental necessários à vida cotidiana. (SCHWAAB E GIRARDI, 2008, p. 17-18)

Jornalismo ambiental não deve ser visto como um segmento do jornalismo científico pela simples razão de que a temática ambiental não se resume a uma abordagem científico-técnica. Trabalhar com o jornalismo ambiental é obrigatoriamente lançar mão de um prisma que contemple vieses múltiplos e esquivar-se de análises rasas e imediatistas. De acordo com GIRARDI, MASSIERER e SCHWAAB (2006), aplicar o olhar ecológico sobre o jornalismo é transcender a noção do factual, gerando elementos para a compreensão e contextualização dos acontecimentos, e assim, revigora a função social do jornalismo, contribuindo para a conscientização ecológica da população.

Há um elemento antecessor que conduz um jornalista a optar pela atuação no campo do jornalismo ambiental. Certamente, em algum momento de sua vida, que pode acontecer em qualquer fase, há um despertar, um desabrochar da consciência ecológica que modificou estruturalmente sua visão de mundo. Todo ser humano está sujeito a este evento, e no caso dos jornalistas isso pode ser determinante nos rumos de sua carreira profissional. Mesmo depois da escolha da profissão, quando acontece esse despertar para uma visão mais complexa da natureza, o jornalista se coloca antes como um admirador e ou conservacionista da vida

O objetivo primeiro do trabalho de um jornalista deve ser proteger aquilo que pertence a todos, o que pertence ao coletivo. Isso abrange, evidentemente, o que é considerado público, e significa que deve estar acima do que é privado. Munido de sua consciência ecológica, o jornalista ambiental deve estar ainda mais atento ao seu papel de cidadão e comunicador ambientalmente responsável. BUENO (2008), pondera que

Jornalismo Ambiental é, antes de tudo, jornalismo (que é o substantivo, o núcleo da expressão) e deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate. Não pode ser utilizado como porta-voz de segmentos da sociedade para legitimar poderes e privilégios. (BUENO, 2008, p.111)

Do contrário, o jornalista corre o risco de estar servindo aos interesses de terceiros sem perceber que fora utilizado como fonte de benefícios pessoais. Na visão de BUENO (2008), as mídias conservadoras e os comunicadores desavisados tendem a desconsiderar as raízes do jornalismo ambiental (a disposição irrecusável para a mobilização e a permanente contribuição para o despertar de consciências), ao tentarem torná-lo refém de ações mercadológicas ou empresariais e interesses políticos.

As idéias de imparcialidade e a de neutralidade precisam ser questionadas. Estes conceitos, muitas vezes, são confundidos com outro conceito, o de objetividade. Ser imparcial é ser isento em absoluto, é produzir algo sem deixar registros de quem o fez. Para o jornalista, é realizar coberturas dos mais variados temas sem se posicionar em instante algum, como um carteiro que simplesmente entrega a correspondência (notícia). Seria retratar a guerra, a corrupção, a violência, o desmatamento, a poluição e sair inalterado, emocionalmente intocado. Para BUENO (2007) a relação do jornalista com a idéia de neutralidade deve ser de total afastamento e sentença

o jornalista deve repudiar a neutralidade, tomar partido, investigar as causas e conseqüências da ação nefasta dos grupos econômicos que degradam o planeta. Consiste, sobretudo, em defender, com coragem, a necessidade premente de aumento da qualidade de vida dos cidadãos. (BUENO, 2007, p.21)

É possível ser objetivo sem ser imparcial ou neutro. A objetividade diz respeito à fidelidade de quem relata algum fato com aquilo que está relatando, porém a partir da própria óptica de mundo, sempre singular a cada indivíduo. E ainda, é importante salientar que a falta de neutralidade não compromete de forma alguma a credibilidade do trabalho jornalístico, visto que o fato de se estar noticiando algo a partir de determinado ponto de vista não rompe com a ética do jornalismo nem com o compromisso de busca da verdade. Para o jornalista ambiental esse é um pressuposto muito importante. Não ser neutro com a questão ambiental é assumir um enfoque diferenciado em seu trabalho, de forma que o jornalista não se exima de sua função de social. BUENO (2008), reforça este pensamento e vai além ao dizer que

O jornalista ambiental (e é isso que precisa ser trabalhado nas escolas e nas redações junto aos profissionais de imprensa do futuro) tem um compromisso que se estende além da jornada de trabalho. Consciente e capacitado, ele será militante sempre. Qualquer alternativa diferente conduz, inevitavelmente, à capitulação. (BUENO, 2008, p. 112)

O autor amplia o nível de comprometimento do jornalista ambiental com a sua responsabilidade cívica ao enfatizar que

o jornalismo ambiental precisa ter um caráter revolucionário, comprometido com a mudança de paradigmas, deve enxergar além das aparências e não ser complacente com aqueles que apropriaram da temática ambiental para

formar ou reforçar uma imagem. Deve suspeitar sempre do discurso pretensamente preservacionista de governos e organizações, buscando contemplar, além de ações isoladas, quase sempre utilizadas como recursos propagandísticos. (BUENO, 2007, p.17)

Para (BUENO, 2008, p.112) o “Jornalismo Ambiental deve propor-se política, social e culturalmente engajado”. E complementa: “só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir pressões de governos, empresas e universidades, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses”. Ao escrever o texto de apresentação da versão brasileira do livro *Dez dicas Práticas para a Reportagem sobre o Meio Ambiente*, Juarez Tosi contribui com a seguinte reflexão dizendo que:

Escrever sobre meio ambiente [...] é ajudar a mostrar às futuras gerações as formas de preservar a vida na Terra. Temos de ser didáticos, fazer com que as reportagens possam ser lidas em salas de aulas, que sejam entendidas pelo maior número de pessoas possível. Os termos técnicos devem ficar restritos às planilhas dos especialistas e só raramente serem utilizadas pelos jornalistas. E mesmo nesses casos sempre acompanhados por tradução didática. (NELSON, 1994, p.11)

É evidente a preocupação permanente que o jornalista deve ter com qualidade da informação que está veiculando e isso passa em muitos casos por uma versão mais explicativa do conteúdo a ser transmitido. Muitos estudos apontam para uma aproximação da interface Educação/Comunicação que retira o jornalista de uma condição de simples de transmissor de notícias e lhe faz assumir um papel de formador de opinião consciente. As mídias sempre foram formadoras de opinião, porém não respondiam por esta responsabilidade. Nesta evolução da função de jornalista, é preciso estar atento ao que se noticiar e como fazer isso e saber também que, como na relação aluno professor, o leitor também dará respostas, fará indagações e isso é primordial para um relacionamento horizontal com o público.

BUENO (2008) compilou três funções básicas para o jornalista ambiental, que naturalmente podem ser estendidas para a profissão do jornalismo como um todo. A primeira é a função informativa que

preenche a necessidade que os cidadãos têm de estar em dia com os principais temas que abrangem a questão ambiental, considerando o impacto que determinadas posturas (hábitos de consumo, por exemplo) processos (efeito estufa, poluição do ar e água, contaminação por agrotóxicos, destruição da biodiversidade, etc) e modelos (como o que privilegia o desenvolvimento a qualquer custo) tem sobre o meio ambiente e, por extensão, sobre a sua qualidade de vida. (BUENO, 2008, p.109/110)

Esta função pode ser considerada como a matriz do trabalho jornalístico, isto é, estar atento aos fatos do mundo e reportar aquilo que vê a partir desse olhar. A segunda, que diversas vezes é negligenciada ou por falta de informação ou por omissão do jornalista, é a função pedagógica que diz respeito à “explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e à indicação de caminhos (que incluem necessariamente a participação dos cidadãos) para a superação dos problemas ambientais”. E por fim temos a menos presente, mas não menos importante, a função política que “(não restrita à sua instância meramente política-partidária) tem a ver com a mobilização dos cidadãos para fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental.” Esta última, não raro é confundida com ativismo político/ambiental e rotulada de “panfletária”, sendo que nada mais é do que uma das formas mais genuínas de se fazer política ao buscar uma organização civil em prol de uma vida melhor.

Nesta questão BUENO (2008), relembra que

o protagonismo do jornalismo ambiental, como de resto em qualquer campo do jornalismo, não se limita ao pesquisador ou ao cientista, mas inclui, obrigatoriamente, os que estão fora dos muros da academia (muitas vezes excluídos em virtude de uma situação social injusta), como o povo da floresta, o agricultor familiar, o cidadão da rua.). (BUENO, 2008,p.114)

As deficiências da prática jornalísticas podem ser vistas como um alerta para as raízes de compromisso socioambiental que o jornalista ambiental deve assumir com a população. Por exemplo, buscar sempre a verdade, manter a ética como fio condutor na realização do trabalho cotidiano, preservar o respeito para com o público e jamais subestimá-lo, conservar o olhar sistêmico na apuração dos fatos, ser transparente na relação com as fontes, garantir espaço para diálogo com todos, ouvir e aprender com as críticas, e ainda, ter a dignidade e a coragem para ousar e caso cometa erros, assumi-los publicamente. Para o jornalista que escolhe trabalhar com a questão ambiental alguns outros desafios também são permanentes. GIRARDI E LOOSE (2009), contribuem para esta idéia quando afirmam que

Os jornalistas voltados para a cobertura ambiental devem estar conscientes de que a informação sobre meio ambiente exige uma dupla responsabilidade no seu fazer-se, já que além dos cuidados tidos para revelar o fato de forma plural, objetiva e o mais comprometida possível com a verdade, a informação ambiental afeta de modo certo o futuro da humanidade. A necessidade de não fragmentar a realidade, com o fim de contribuir para a educação efetiva da sociedade, deve ser uma regra para

os profissionais que pretendem também ser cidadãos. (GIRARDI e LOOSE, 2009, p.4)

Para reforçar este ideal de cidadania deve-se lembrar que a cobertura do meio ambiente é uma atividade complexa e requer muita disposição para realizá-la. As questões ambientais têm ramificações econômicas, políticas, sociológicas, de saúde pública, e transcendem fronteiras. No Brasil, e nos demais países ditos em desenvolvimento, onde a necessidade de crescimento é uma das grandes aspirações da população, atrelado a esta voracidade por crescer (especialmente no sentido econômico do termo) está latente um grande potencial de danos ao meio ambiente, portanto as questões ambientais adquirem matizes ainda mais carregados. Dentro dessa conjuntura, o trabalho do jornalista ambiental para realizar reportagens bem pautadas e bem escritas é ainda mais necessário. NELSON (1994, p.13) indica que “a principal responsabilidade do jornalista é com os leitores ou telespectadores” e que “muitas pessoas utilizam as reportagens noticiosas como única fonte de informação sobre complexidades do meio ambiente”. Ele ainda enfatiza a questão pedagógica ao dizer que

isso significa que o jornalista acaba agindo como educador ao explicar informações técnicas para produzir uma matéria fácil de entender e interessante de ler. A maior parte dos leitores de jornal, telespectadores e ouvintes de rádio, não tem tempo ou disposição para consultar o dicionário para decifrar os termos ecológicos. (NELSON, 1994, p.13)

Embora o interesse da população pela temática ambiental tenha aumentado nos últimos dez anos e a própria mídia tenha reconhecido isto e cedido mais espaço para esta pauta, em termos globais nossa relação com os recursos naturais e com os demais seres vivos (isso inclui o convívio com nossa própria espécie) continua piorando. A urgência para a mudança de paradigma civilizatório e de modelo de desenvolvimento não é menor, pelo contrário aumentou. Em vista disso, aquela tarefa pedagógica do jornalista ambiental não representa apenas uma forma de tratar o conteúdo, trata-se de um dever para com a Vida e até uma forma de mostrar gratidão. TRIGUEIRO (2005) afirma que é preciso

Entender a vida na sua expressão mais holística, sistêmica e inter-relacional, porém isto não constitui o único desafio do nosso tempo. É preciso comunicar esse saber, traduzi-lo sem o peso do jargão ecológico-científico, torná-lo inteligível ao maior número possível de pessoas, a fim de que uma nova cultura se manifeste na direção da sustentabilidade. Viver de

forma sustentável – em equilíbrio com o meio ambiente – não é uma questão de estilo, mas de sobrevivência. (TRIGUEIRO, 2005, p.264)

Como missão maior, o jornalista ambiental necessita encampar-se com os valores de cidadania, defesa ambiental e muita perseverança para alcançar o objetivo de disseminar sementes de consciência ecológica ao maior número de pessoas que conseguir. Além disso, é preciso firmeza de caráter para não sucumbir às pressões impostas por um sistema capitalista que possui como referencial de valores atributos menores como a ganância, a exploração e o egoísmo. Inspiração algumas propriedades da natureza, o jornalista ambiental pode espelhar sua conduta nas características do bambu, uma planta bastante flexível e extremamente resistente.

Esta perspectiva de não se moldar aos preceitos mercadológicos e continuar atuando, mesmo que de maneira pouco expressiva, do ponto de vista dos veículos de comunicação de massa, é encontrada em muitas mídias independentes. No campo do jornalismo ambiental esta realidade é bastante recorrente. No Brasil, existem hoje, muitos veículos de comunicação voltados para o meio ambiente. No Rio Grande do Sul, um destes meios de comunicação é a EcoAgência Solidária de Notícias Ambientais. No próximo capítulo, apresentaremos a metodologia aplicada para alcançar os objetivos propostos.

4 PROCEDIMENTO METODOLOGICO

A opção metodológica para execução desta pesquisa baseia-se na Entrevista em Profundidade e na Análise Documental que

“caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Neste estudo as consultas foram feitas no site da EcoAgência, no Estatuto do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, além do Jornal da Universidade. Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008).

Foram realizadas duas entrevistas que serviram como instrumento de coleta de dados, uma para a compreensão e conhecimento da mídia ambiental selecionada, a Ecoagência, e a outra para realizar a análise da cobertura do ZAS em 2008. A escolha desse método de entrevista se deve ao fato de que os dois entrevistados, Juarez Tosi e Ulisses Nenê, são fontes indispensáveis. O primeiro está diretamente ligado ao início da história do jornalismo ambiental no Rio Grande do Sul e ao NEJ, e o segundo foi protagonista da cobertura aqui investigada. Essa metodologia utilizada é qualitativa e como tal faz um recorte temporal-espacial para poder investigar em profundidade o assunto do presente trabalho. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com a realidade de uma forma que não pode ser quantificada.

A entrevista em profundidade segundo (DUARTE, 2005, p.62) “é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer”. Nesse sentido, usamos como base teórica os princípios do jornalismo ambiental expostos no segundo capítulo. E, para a apresentação dos dados obtidos foram estruturados textos, que subdivididos em tópicos específicos em cada parte, permitem uma visão mais abrangente das entrevistas.

Em DUARTE (2005), encontra-se a seguinte explicação

[...] a entrevista em profundidade é uma técnica dinâmica e flexível, útil para a apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos que o entrevistado tenha começado nos quais está ou esteve envolvido. É uma pseudoconversa realizada a partir de um quadro conceitual previamente caracterizado[...].(DUARTE, 2005, p.64)

Este tipo de entrevista parte de questões semi-estruturadas que podem ser modificadas, ampliadas ou reduzidas durante o diálogo. Em DUARTE (2005), encontramos a seguinte explicação

Parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. (TRIVIÑOS, apud DUARTE, 2005, p. 66)

Para DUARTE (2005, p.67), um aspecto positivo desse tipo de entrevista é a possibilidade de “articulação de resultados, auxiliando na sistematização das informações fornecidas pelos informantes”. O roteiro base utilizado nas entrevistas está colocado nos anexos.

As duas fontes selecionadas para serem entrevistadas atendem, cada uma delas, a um dos cinco tipos de informantes expostos em DUARTE (2005,p.70). O primeiro é o “Especialista: geralmente pesquisador, acadêmico ou pessoa de grande experiência/conhecimento no assunto, mas não diretamente envolvida com o problema de pesquisa” e no caso deste estudo Juarez Tosi cumpre este papel. O segundo é o “Informante-chave: fontes de informação consideradas fundamentais por estarem profunda e diretamente envolvidas com os aspectos centrais da questão, o que faz com que não serem entrevistadas possa significar grande perda”, representado por Ulisses Nenê .

O instrumento de coleta de dados foi o gravador. Uma das grandes vantagens de usar a gravação é o registro literal e integral o que confere ao entrevistador maior liberdade para concentrar-se no diálogo ao invés de preocupar-se com a captação das informações.

O método da entrevista é de natureza empírica, pois reflete a experiência do entrevistado a partir da observação do entrevistador. Para MALDONADO (2006, p.

278) “esse recurso metodológico indispensável para a realização de investigações que geram propostas, estratégias, políticas e saberes teóricos consistentes para a transformação das condições e dos modos de produção midiáticos”. Ele ainda explica que o empírico “compreende o conhecimento adquirido pela prática, o conhecimento sensível baseado na experiência, o conhecimento factual que foi experimentado e não tem necessariamente uma observação controlada”.

Contudo, é preciso evitar o empirismo ingênuo que segundo ROSSETTI (2010, p.75) “não reconhece a dependência que a observação tem da teoria e considera possível a apreensão direta do dado empírico pela percepção.” Para ela, a crítica a essa postura surge porque, de fato, não é possível uma observação neutra, pura e direta, isto porque toda a observação é mediada pelas experiências do observador. Na verdade, aquilo que o observador observa depende de sua experiência passada, de seu conhecimento e de sua expectativa. Em (CHALMERS, 1993) encontramos a seguinte explicação

Na medida em que se trata da percepção, a única coisa com a qual um observador tem contato direto e imediato são suas experiências. Essas experiências não são dadas como únicas e imutáveis mas variam com as expectativas e conhecimentos do observador. (CHALMERS, 1993, p.51-52)

A partir dessa perspectiva de que não existe um observador neutro, foram consideradas as percepções do entrevistador de detalhes não verbalizados pelos entrevistados e que permitiam inferir alguns posicionamentos e sentimentos da experiência transmitida por eles. O uso dessas informações foi incorporado ao texto como parte da entrevista.

Para a recuperação e contextualização da história da EcoAgência, que será apresentada no próximo capítulo, tem-se como base as informações obtidas pela Entrevista e foram complementadas com uma pesquisa diretamente no site do veículo em estudo.

5 ECOAGÊNCIA

Este capítulo fará a recuperação da história da EcoAgência abordando aspectos sobre a realidade deste veículo independente direcionado ao Jornalismo Ambiental. Busca-se aqui obter uma referência de como se forma este tipo de mídia, de como ela se mantém, de quais são os princípios adotados para poder se afirmar como independente e que desafios encontra ao tentar fazer jornalismo a partir dessa perspectiva. O que se pretende descobrir é se essa agência de notícias ambientais funciona em consonância com os preceitos em que nos baseamos para definir Jornalismo Ambiental e foram apresentados no terceiro capítulo.

Abordaremos temas relativos à experiência do entrevistado com Jornalismo Ambiental, a construção do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul - NEJ/RS, os princípios que norteiam os trabalhos do Núcleo, a formação da EcoAgência, os desafios para manter a agência em funcionamento, a relação com patrocinadores, outras atividades do Núcleo, o caráter militante do jornalismo ambiental e o financiamento público para mídias ambientais.

5.1 Formação do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul

Iniciamos a Entrevista⁶ buscando conhecer o vínculo pessoal que Juarez Tosi possui com o tema ambiental, especialmente no seu trabalho como jornalista. Este relata que teve uma experiência marcante no sentido profissional quando trabalhou de 82 à 89 como repórter da Zero Hora. “Sempre me inquietou muito as questões ambientais como a camada de ozônio, o desmatamento, a poluição, o assoreamento e a contaminação dos rios, entre outras”, explicou Juarez. Em meados de 1985, começou a buscar pautas ambientais e solicitava aos colegas que lhe enviassem informações relacionadas, pois seu interesse era cobrir esses assuntos. Acabou conhecido como o repórter da Ecologia e as pautas começaram a chegar quase que automaticamente para ele. “Essa era minha prioridade”, afirmou. Por conta disso, fez viagens pelo interior do Estado cobrindo diversas dessas pautas. Citou como exemplo, uma que fez sobre a situação dos os índios em municípios afastados, uma

⁶ Entrevista realizada no dia 20 de Outubro de 2011.

outra que tratava de questões sobre o lixo químico proveniente da extração do carvão mineral, algumas sobre o desmatamento, a recorrente pauta da poluição dos rios, entre tantas outras. Sempre com a idéia de tentar reverter o processo e ciente de que para isso é fundamental a atuação de um jornalismo mais dedicado, contínuo, atento e que acompanhe o andamento dos fatos. Sobre isso, expressa a seguinte opinião

Uma visão que eu sempre tive, é de que a imprensa gosta muito de fazer alarde, como por exemplo, naquele caso da mortandade de peixes no Rio dos Sinos. A imprensa faz muita denúncia, cria a matéria sensacionalista e para por aí. Por que depois que passou o caso as autoridades competentes tomaram algumas medidas, por que os ambientalistas continuavam levantando questões sobre o que havia acontecido lá, mas na imprensa não se viu mais nada? Então, não custa a imprensa ir lá de vez quando e buscar novidades sobre o caso para o seu leitor, fazer um acompanhamento. Isso falta no nossos jornalistas que devem ir atrás dessas informações, até porque a Empresa não tem esse interesse. (TOSI, 2011)

Deste período de atuação intensa como jornalista ambiental Juarez ganhou prestígio entre os colegas jornalistas da época. Muitas vezes era uma referência na questão ambiental, não só para colegas de profissão, como também para pessoas de outras áreas que quisessem saber mais sobre meio ambiente. Em dezembro de 1989, participou como representante do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, de um Seminário em Brasília - promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas – que reunia diversos jornalistas e que era preparatório para a Rio 92. Desse encontro foi tirada a idéia de se construírem alguns Núcleos nos Estados para fomentarem as discussões ambientais e fazer com que o debate dos temas crescesse em adeptos e em relevância. “Voltei com essa idéia e o pessoal voltou aos seus Estados de origem também com esta intenção, mas o único que permaneceu em atividade até hoje foi o nosso”, contou ele com uma mescla de pesar e de orgulho. Assim que voltou ao Rio Grande do Sul, entrou em contato com outros jornalistas e solicitou ao sindicato que fizesse uma convocação extraordinária. Foi realizada uma palestra com Carlos Cardoso Avelini da UPAN e com Celso Marques, que era o presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Agapan.

A palestra possuía a finalidade de conscientizar os jornalistas da importância da pauta ambiental. Dessa reunião articulou-se um grupo de jornalistas que ficariam responsáveis por estar promovendo e fomentando debates, palestras e mais notícias

ambientais. “Este foi o embrião do núcleo”, comentou Juarez. A idéia de núcleo estava ligada a criação de uma entidade nacional maior, por isso o nome Núcleo. Seriam alguns desses Núcleos espalhados pelo Brasil que formariam essa entidade. Porém, só o Núcleo do Rio Grande do Sul deu continuidade ao plano inicial.

Uma das finalidades do NEJ/RS, segundo seu estatuto, é "a mobilização social para difundir em toda a sociedade informações que permitam a compreensão sobre a interdependência entre os seres vivos e a necessidade de um desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo para a preservação da vida na terra". Por isso, na visão de Juarez, é importante não limitar a cobertura a temas específicos. “Nosso grande tema é o meio ambiente e tudo o que ele envolve”, resume o Jornalista. E segue exemplificando como questões específicas estão ligadas a contextos maiores, como os transgênicos, as monoculturas e os agrotóxicos.

O Núcleo então, que possui sua sede em Porto Alegre, foi fundado em 22 de junho de 1990. É o pioneiro no país neste campo de atuação do jornalismo. Atualmente, ele é uma ONG que se constitui como uma referência nacional sobre jornalismo ambiental, com participação ativa nos principais eventos relacionados ao tema.

O NEJ/RS possui três braços de atuação: a EcoAgência, as Terças Ecológicas e o Sintonia na Terra. A EcoAgência é hoje a sua principal expressão e instrumento de atuação. Sobre ela, iremos tratar mais detidamente logo a seguir. Antes vamos abordar de forma mais concisa as Terças Ecológicas e o Sintonia da Terra.

5.2 Terças Ecológicas

As Terças Ecológicas são eventos mensais, que reúnem especialistas para proferirem palestras sobre temas ambientais em evidência destinadas ao público interessado.. Ela foi criada em 1994 atendendo um dos objetivos iniciais do Núcleo que era promover os debates e fomentar a conscientização ambiental. Para Juarez, “é um dos debates ambientais mais antigos do país, não tenho conhecimento de um evento que se prolongue por tanto tempo e que nunca tenha parado. Jamais ficamos mais de dois meses sem realizar uma edição.” Ele só lamenta que o NEJ não possuía um registro histórico de todas as edições já feitas.

5.3 Programa Sintonia da Terra

O programa de rádio Sintonia da Terra, que é uma parceria entre o NEJ/RS e a Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi criado em 2005 a partir de algumas experiências anteriores que o Núcleo possuía ao participar de outros programas de rádio. Um desses programas foi fomentado pelo NEJ/RS junto com a jornalista Adriane Bertoglio Rodrigues, que também é integrante do núcleo, em Passo Fundo, o Uirapuru Ecologia na rádio Uirapuru. Outro trabalho foi desenvolvido na rádio São Francisco de Caxias do Sul pela jornalista Vera Damian, também membro do NEJ/RS, o São Francisco Ecologia. E, um terceiro programa foi criado na Rádio da Unisinos por Aldem Bolschider chamado Sinais da Terra, que também contou com o apoio do Núcleo.

Após todas essas experiências, o Núcleo adquiriu experiência para lançar um programa de rádio sob sua coordenação em parceria com a Rádio da UFRGS. A produção do programa, assim como as outras atividades do Núcleo, é toda montada com trabalho de voluntários. Segundo Tosi, a única ajuda financeira que o NEJ/RS oferece é basicamente para o deslocamento do pessoal ou de algum entrevistado. A periodicidade é semanal e a duração de cada edição é de meia hora. A produção do programa é dirigida aos temas ambientais e busca um olhar socioambiental da realidade tanto local como global. Também trata de questões ligadas ao movimento ecológico que está sempre gerando novas pautas e que em contrapartida ganha visibilidade no programa. Há também um quadro chamado Ecologia na Mesa em que há a participação da nutricionista, Herta Wiener, para falar sobre alimentação natural. O programa vai ao ar todas as quintas – feiras, às 10h05, na Rádio da Universidade (1080 AM), em Porto Alegre ou pelo site www.ufrgs.br/radio e em horário alternativo pela Rádio estação Web www.radioestacaoweb.com.br. Atualmente é produzido e apresentado pelas jornalistas Ana Paula Knewitz e Danielle Sibonis.

5.4 Jornalismo Ambiental no meio Acadêmico

Por uma iniciativa do Núcleo, através da professora de jornalismo Ilza Maria Tourinho Girardi, foi planejada e implementada a cadeira de Jornalismo Ambiental na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul (FABICO/UFRGS) em 2003. Esse avanço em relação ao ensino da prática e da teoria do Jornalismo Ambiental ganhou notoriedade por ser a primeira faculdade brasileira a criar uma cadeira de Jornalismo Ambiental em seu currículo. Atualmente, a Professora leciona também a disciplina de Jornalismo e Meio Ambiente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da mesma universidade.

5.5 Reconhecimento público e algumas conquistas

O trabalho desenvolvido pelo Núcleo já foi premiado por suas atuações em prol do meio ambiente em diferentes ocasiões, entre elas o da Associação Riograndense de Imprensa (ARI) e a da Medalha Conservacionista da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Além desses, também recebeu o Diploma de Iniciativa Louvável, conferido à EcoAgência no Prêmio Fepam de Jornalismo de 2005, por uma banca formada pela ARI - Associação Riograndense de Imprensa -, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS e pela FEPAM - Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente Henrique Luiz Roessler.

Em 1998, o NEJ/RS, com apoio da PANGEA/AgirAzul e de jornalistas de outros estados brasileiros, conseguiu criar a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, que já era um objetivo antigo do Núcleo, mas que ainda estava por ser concretizado. Dois anos mais tarde, em 2000, foi fundada a Rede de Comunicação Ambiental da América Latina e do Caribe (RedCalc) que reúne mais de 150 jornalistas e comunicadores ambientais. No ano de 2005, foi realizado o 1º Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, em Santos, e este contou com o apoio do Núcleo para sua realização. Já em 2007, o NEJ/RS trouxe para Porto Alegre o 2º Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental que reuniu mais de 300 participantes de todo o Brasil e da América Latina. O cineasta Adrian Cowell, criador da série de filmes para a TV britânica “A Década da Destruição” abriu o evento realizado no Salão de Atos da Reitoria da UFRGS.

5.6 Jornalismo Ambiental

Quando questionado sobre a qualidade do jornalismo ambiental praticado no Brasil atualmente, Juarez afirmou que “nos últimos vinte anos houve um fantástico crescimento do jornalismo ambiental no Brasil. No meu ponto de vista, o marco

dessa mudança foi a Rio-92". Ele observa que os próprios veículos da grande imprensa perceberam que surgia um mercado em expansão para venda desse tipo de informação e ampliaram suas produções nesse sentido. Contudo, o que se produzia em termos de jornalismo ambiental ainda era muito precário na maioria dos casos, pois faltava formação para atuar nesse campo. Alguns poucos jornalistas se destacavam, mas muito mais por sua própria capacidade autodidata. "Os jornalistas, que lidavam com temas da economia, da política ou da geral, começaram a ter que cobrir também aspectos ambientais dos acontecimentos. Mas não havia uma política editorial nesse sentido, o que gerava uma descontinuidade no trabalho", ressalta Tosi.

Desta conjuntura em que por um lado emergia a grande pauta do meio ambiente, e por outro havia poucos repórteres capacitados para fazer uma boa cobertura, começam a ocupar esse espaço os veículos aos quais Tosi chamou de "ideológicos". "São ideológicos, pois priorizam os ideais em detrimento da questão comercial", afirmou. Contudo, Juarez aponta para uma grande restrição que atinge praticamente todos esses veículos ideológicos que é o reduzido orçamento. Sem recursos, esses veículos baseiam-se em pequenas tiragens ou ocupam os espaços oferecidos pela internet. Com isso, não conseguem chegar ao grande público.

Por causa disso, "mesmo com essa expansão do jornalismo ambiental, a sua área de atuação é de uma abrangência muito pequena", considera o jornalista. Para ele, é preciso encontrar formas de massificar, sem perder a qualidade da informação ambiental que é o ponto principal. Nesse sentido, ele avalia que ainda existe uma enorme quantidade de temas e questões vinculadas ao meio ambiente que merecem o olhar dos jornalistas. "Há que se prestar a atenção em espaços não ocupados e que carecem de maior visibilidade por sua própria importância ecológica, e é nosso dever achar formas para ocuparmos esses espaços", argumentou Juarez.

Na visão do entrevistado "os grandes veículos comerciais não estão interessados em aprofundar suas coberturas em determinados temas ambientais, visto que correm o risco de perder algum patrocínio mais polpudo". Para ele há sobra de pautas ambientais a serem feitas, mas que a dificuldade é obter formas para conseguir cobri-las. Ele entende que tanto o Governo, como as grandes empresas ainda não se ocupam de tentar dificultar o trabalho dos veículos ambientais. "Para eles basta que adquiram generosos espaços dos veículos de grande comercialização para mostrarem apenas o que lhes interessa. E isso não é

só no Rio Grande do Sul, mas em todos os lugares. Portanto, é mais fácil para governos e empresas comprarem as mídias comerciais do que se desgastarem com pressões sobre as mídias ambientais”, opina Juarez.

5.7 Criação da Agência de Notícias

Um dos objetivos principais do NEJ/RS desde a sua fundação, em 1990, sempre foi a construção de um veículo ao qual pudéssemos direcionar todas as notícias e pautas da área ambiental. Além disso, queria-se em conjunto oferecer mais espaços para a participação das Organizações Não Governamentais (ONGs) em meios de comunicação, visto que com frequência são depreciadas pelas mídias comerciais.

Em Janeiro de 2003 ocorreu em Porto Alegre o III Fórum Social Mundial. Dentre as inúmeras atividades que ocorreram, havia um Eixo de Sustentabilidade em que discussões sobre o meio ambiente, como a água, as monoculturas, a poluição do ar, os agrotóxicos, etc., eram abordadas. Este Eixo o NEJ/RS acompanhava com grande interesse. “Nós nos propomos a acompanhar o maior número de palestras e víamos que o tema era bastante discutido só que a cobertura da imprensa não dava destaque a isso, focava mais na questão social, política e econômica” relatou Juarez. Diante dessa deficiência foi decidido, em uma reunião do NEJ/RS, que seria feita a cobertura do FSM.

Um dos colegas do NEJ/RS, João Batista Aguiar, possui um site chamado Agir Azul e o colocou à disposição do NEJ durante aquele período para hospedar o conteúdo das coberturas. “Começamos a articular com os jornalistas da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, que já contava com mais de 400 jornalistas de todo o país, fazendo uma convocação geral para todos que estivessem dispostos a ajudar nessa cobertura do FSM”. Porém, aqueles que possuíam algum vínculo com veículos da imprensa ou com órgãos oficiais não poderiam participar deste grupo formado para aquela cobertura. Foram reunidos aproximadamente 20 jornalistas de diversas regiões para fazer este trabalho.

Inicialmente, o objetivo da EcoAgência era simplesmente atender a demanda do FSM da forma mais abrangente e profissional possível. Na prática o que se pretendia era fazer circular as informações e disponibilizar para os veículos ou para os sites que estivessem interessados em divulgar assuntos vinculados ao meio

ambiente com uma abordagem diferenciada, sendo solicitado apenas a citação da fonte, feito isto a total liberdade para a retransmissão das informações. Juarez conta que “quando terminou aquela edição do FSM, notamos que havia boa repercussão do trabalho realizado, e que começavam a chegar alguns retornos muito importantes que nos indicavam estarmos no caminho certo”. Considerando que a cobertura obteve uma aceitação acima do esperado, e que já havia uma pré-estrutura pronta para a criação definitiva da Agência de notícias o passo adiante foi dado sem hesitar. “O pessoal gostou muito da cobertura e pensamos o seguinte: já que criamos o "monstro", agora vamos manter”, comentou Juarez. Desde então, a agência é mantida essencialmente com base em trabalhos voluntários. Tosi entende que por ser quase todo o trabalho voluntário, não há como as atividades do Núcleo serem prioritárias na vida das pessoas. “Nisso reside um dos nossos grandes desafios, porque todo mundo trabalha, têm outros compromissos. A dificuldade maior sempre foi ter pessoal ativo no formato de voluntariado”, considera o entrevistado.

Mesmo assim, há um retorno significativo em relação às ações do NEJ/RS por parte daqueles que acompanham o trabalho cotidiano do grupo. Juarez entende que, mesmo quando a quantidade de material produzido é pequena, se a qualidade do que se produz é permanente, a contribuição deste veículo para com a sociedade é de grande relevância. Tosi procura ilustrar esta idéia a partir de um caso recente que ocorreu em uma das últimas Terças Ecológicas. Houve um claro retorno positivo sobre o tema em questão após os debates que se desenrolaram naquela edição do evento.

Faz mais ou menos um mês quando divulgamos uma notícia do Instituto de Justiça Ambiental, em que o Diretor, Cristiano Pacheco, solicitou à Ecoagência uma ajuda para veicular uma decisão tomada e que depois desse auxílio a pauta cresceu muito e repercutiu em vários locais, segundo relato do próprio Cristiano. Então, isso é só uma amostra do impacto e do reconhecimento que o trabalho da Ecoagência causa e que foi alcançado ao longo desses 8 anos. E isso é muito gratificante até por ser tudo voluntariado. (TOSI, 2011)

Do primeiro grupo montado para o Fórum, em que participavam pessoas de fora do Estado, parte do pessoal foi embora de volta para seus locais de origem e outros acabaram simplesmente se afastando no NEJ/RS. Em vista disso, todo o trabalho necessário para manter a EcoAgência recaiu sobre os integrantes principais da Diretoria do NEJ/RS. Tosi relata que a EcoAgência não possui sede fixa e que as

bases, tanto dos editores, como também dos demais membros, são seus próprios computadores no trabalho ou em casa. É da incumbência dos editores propor as pautas aos repórteres.

Com a reafirmação da continuidade dos trabalhos da EcoAgência, foi preciso procurar apoiadores de maior envergadura para garantir a sobrevivência da agência. Juarez confessa que essa é uma tarefa não muito fácil, pois “o pessoal quer retorno imediato e isso costuma ser um processo lento e gradual até que os leitores associem a marca de um determinado produto com o veículo que o promove”. Após algum tempo de procura surgiu a Petrobras como uma possibilidade de ampliar a produção da agência. O contrato com a Petrobrás já foi renovado quatro vezes, e no presente ano ainda aguarda definição por parte da empresa. Por ocasião dessa parceria com a Petrobras foi possível angariar fundos para reestruturar o *site* e deixá-lo mais profissional e atraente. Em virtude disso, o número de acessos aumentou consideravelmente. Para Juarez “a EcoAgência é hoje uma referência em termos de jornalismo ambiental”.

A EcoAgência produz e distribui material jornalístico sobre meio ambiente, para livre e ampla reprodução, procurando contribuir para a democratização da informação ambiental e a conscientização ecológica da sociedade com notícias, artigos e reportagens ambientais, publicadas no site e distribuídas por newsletter para todo o Brasil. Juarez Tosi entende que embora seja o meio ambiente o eixo central dos trabalhos da EcoAgência, a comunicação por ela realizada não ignora a transversalidade que o tema abarca e como resultante disso o surgimento de múltiplas interfaces com outras áreas do conhecimento que contribuem para compreender a complexidade do mundo em que vivemos. É considerando também a complexidade das questões ambientais que a EcoAgência procura efetivar ações que resultem em defesa real do meio ambiente através de alguns objetivos bem definidos. Ela visa denunciar os crimes contra o meio ambiente, alertar para os problemas ambientais e acompanhar as políticas públicas do setor. Também busca divulgar as iniciativas de preservação dos recursos naturais, difundir as soluções sustentáveis, promover a educação ambiental, repercutir as opiniões e ações das organizações, entidades, lideranças, cientistas, educadores e comunidades envolvidas com estas questões.

Inegavelmente, a comunicação possui uma função estratégica na formação da consciência ambiental e na mobilização da opinião pública em prol da

preservação da natureza, do uso racional dos recursos naturais e da sustentabilidade planetária. “Com sua atuação intensa nesse meio, a EcoAgência é amplamente reconhecida por ambientalistas, instituições públicas e privadas, autoridades, profissionais, estudantes das mais diversas áreas e pela comunidade em geral, o que é uma motivação e a garantia da continuidade desse trabalho”, comentou Tosi.

Um cuidado especial dos editores da agência é “não publicar matérias da grande imprensa, uma porque geralmente tem que pagar para reproduzir, e outra porque quase sempre a abordagem difere da nossa e a matéria precisa ser reescrita” informa Juarez. Entretanto, por uma questão financeira, não há perspectivas de aumentar a produção interna de matérias. Basicamente, o conteúdo provém de fontes que tenham essa “percepção diferenciada do meio ambiente”, informa Tosi.

Em 2008, de acordo com Juarez, a EcoAgência viveu seu melhor momento em termos de produtividade própria de matérias e de outros conteúdos. “Naquele ano vínhamos impulsionados ainda pelo sucesso do Congresso de 2007, estávamos com um bom acordo com a Petrobras e por conta disso contávamos com um repórter trabalhando para o Núcleo, que era o Ulisses Nenê.” Foi em 2008 que ocorreu a maior cobertura já realizada pela EcoAgência, em que houve um acompanhamento intenso das discussões que estavam ocorrendo no Rio Grande do Sul sobre a Silvicultura do Eucalipto. Juarez apontou ainda um evento que chamou de “estranha coincidência”, que foi a invasão dos hackers ao site da EcoAgência. “Nosso auge em termos de trabalho jornalístico coincidiu estranhamente com aquela invasão dos hackers que detonaram ao site, justamente quando estávamos ganhando mais visibilidade por conta das coberturas”, afirma ele. Sobre este acontecimento, sabe-se que uma boa parte já foi recuperada e que este resgate está sendo feito pelo jornalista João Batista Aguiar, do Agir Azul e por Carlos Scomazon, também do Núcleo. Conforme novas recuperações vão acontecendo, o material é direcionado para a EcoAgência que o coloca *online* novamente. Aquela foi a primeira e única vez que o site sofreu ataques. Depois disso, foi contratada uma empresa que construiu um novo *site* bem mais protegido, com mais barreiras e sistemas de segurança.

5.8 Para o Amanhã

Sobre o futuro da EcoAgência, Juarez Tosi foi convicto em afirmar: “nosso maior desafio hoje é a consolidação da EcoAgência como uma referência nacional em Jornalismo Ambiental”. Para que isto seja possível, ele salienta também que é fundamental que haja uma profissionalização da equipe de trabalho. Apesar de todo o trabalho ser voluntário, e que por isso há uma série de limitações, Tosi se mostra com ânimo e afirma “já estamos fazendo bastante, mas é preciso ir além”. Para ele esse avanço significa aumentar a equipe de trabalho. Mais repórteres, mais fotógrafos, mais técnicos e todos remunerados e com tempo de dedicação para cobrir uma grande variedade de pautas que ainda estão às escuras. A partir disso, acredita-se ser possível avançar para um patamar mais alto na qualificação do trabalho da agência. “O que não falta são pautas”, salienta Juarez. Segundo ele, são recebidos diariamente dezenas de *e-mails* de estudantes, profissionais de várias e de colegas jornalistas que sugerem pautas e que enviam currículos, mas que não é possível atender. Ele afirma ainda que “para alcançarmos o patamar que almejamos como mídias ambientais, precisamos realizar trabalhos de parceria entre os vários veículos existentes. Só assim todos se fortalecem e, conseqüentemente, a cobertura ganhará qualidade”.

Ele contou ainda que eles receberam uma proposta este ano para fazerem um programa de TV através da TV Assembléia. Porém, pondera ele, “não temos infraestrutura para isso. Não tem gente, não temos produção”. Essa realidade afastou por hora essa possibilidade bastante importante em se tratando de veículos de comunicação de massa. Juarez compartilhou que há uns dez anos atrás já havia sido feito um projeto para TV, mas no caso era para a TVE, mas não conseguiram. “No fundo acho que foi sorte”, avaliou ele.

5.9 Relação Com Patrocinadores

A relação entre mídias independentes e seus patrocinadores sempre é ponto de controvérsia para muitos, mas para Tosi não parece ser. Geralmente, veículos jornalísticos especializados na questão ambiental causam incômodos para grandes empresas que tratam com descaso o meio ambiente. Entretanto, e não raro, circulam pelo país jornais, revistas, livros, programas de rádio e de televisão, sites e

outros instrumentos de comunicação ligados à temática ecológica e que se promovem defensores da natureza, mas que são mantidos por Corporações publicamente reconhecidas como danosas ao meio ambiente por suas atividades. Quase de imediato somo levados a questionar a idoneidade da informação ofertada por este tipo de mídia.

A EcoAgência buscou uma forma de evitar que pressões econômicas de patrocinadores interferissem na linha editorial do Núcleo. Tosi explicou que “quando assinamos com a Petrobras, já na primeira reunião com eles, deixamos bem claro que jamais submeteríamos a EcoAgência a qualquer tipo de pressão em termos de divulgação de alguma informação que ferisse algum princípio da NEJ/RS”. Houve acordo entre as partes e, desde então, mantiveram a parceria. Evidentemente, existem contrapartidas, mas que Juarez considera “normais de qualquer contrato”, como divulgar o banner, o logo, um ou outro evento da empresa ligado à temática ambiental.

Contudo, esta é uma questão emblemática na opinião de Juarez: “Como manter a independência editorial e garantir a sustentabilidade da publicação?”. Para ele alguns critérios são incipientes. E estes critérios, que já faziam parte da prática do NEJ/RS, foram referendados na última assembléia do Núcleo. Em resumo, não são aceitáveis sob hipótese nenhuma patrocínio de empresas dos seguintes ramos: produtoras de transgênicos, fumageiras, agrotóxicos, bebidas alcoólicas e produtoras de celulose. Essas definições do NEJ/RS são válidas também para a EcoAgência, para o Sintonia da Terra e para o Terças Ecológicas, que são atividades do Núcleo. Juarez afirma que “não aceitamos recursos financeiros de indústrias prejudiciais à saúde e ao meio ambiente”.

Do ponto de vista financeiro, no entanto, algum patrocínio é imprescindível e a questão é como lidar com empresas, que de uma forma ou outra, também agridem o meio ambiente? Juarez argumenta que “se fossemos demasiadamente rígidos não sobraria praticamente nenhuma alternativa”. Ele dá dois grandes exemplos, os bancos e a Petrobras. Os bancos são grandes conglomerados. Por trás há empresas poluidoras, como empreiteiras ou indústrias de extração de minério. A Petrobras, que já financiou mais de uma vez a EcoAgência e financia várias ONGs, é repetidas vezes alvo de críticas. Em países como a Bolívia e o Equador, os indígenas travam batalhas constantes para expulsá-la de lá. E no Brasil, uma série de derramamentos de petróleo mancham a reputação desta empresa no quesito

proteção ambiental. Porém, avalia Juarez, “se dependermos apenas das empresas que não causem nenhum tipo de impacto ao meio ambiente, quem nos financiaria? Um restaurante vegetariano, um pequeno agricultor de produtos orgânicos?”. Para ele, não existem soluções simplórias e superficiais para resolver esta questão. “É fundamental continuar buscando alternativas, enquanto aproveitamos algumas oportunidades que nos são colocadas”, é o que pensa Juarez Tosi. Uma ressalva do entrevistado é de que “não podemos confundir o patrocínio com adesão à política da empresa”. Na visão dele, ao fechar um patrocínio comercial, é preciso deixar claro que não se deve ir contra os princípios só para garantir um bom patrocinador. Sobre essa questão de manter uma política editorial e uma ética, ele declara

Para mim a ética está acima de tudo. Prefiro deixar de fazer jornalismo, a ter que afrontar a ética. E faltar com a verdade é faltar com a ética. Por isso, entendo que devemos deixar de veicular anúncios de empresas que afrontam a verdade. Temos que respeitar as futuras gerações e dar o exemplo a partir de agora. (TOSI, 2011)

Em alguns casos, para Juarez, medidas paliativas não servem. Segundo ele, existem ambientalistas aqui do Rio Grande do Sul que procuram conscientizar os produtores de tabaco a não usarem agrotóxicos em suas culturas. “Sou totalmente contra isso”, proclama. Na sua concepção, o que deve ser feito é incentivar os produtores de tabaco a mudarem a cultura. Substituir essa cultura por algo que sirva para alimentar as pessoas e não prejudicá-las.

5.10 Militância e Jornalismo Ambiental

Juarez Tosi possui um pensamento bem claro sobre a idéia de imparcialidade:

Imprensa neutra não existe. Tem uns que são honestos, uns que não. Nós nos consideramos honestos porque nós divulgamos a nossa posição. Acredito que praticamos um jornalismo honesto e é a isso que atribuo boa parte da credibilidade que temos. E nós percebemos essa realidade devido aos retornos que recebemos, pelas muitas pautas que chegam até nós diariamente. Temos uma posição clara e não vamos mudá-la para agradar patrocinador ou Governo. (TOSI, 2011)

Na opinião de nosso entrevistado, o jornalismo em si está vinculado à atividade ambiental. Normalmente, vê Juarez, que “jornalismo é jornalismo e militantismo é militantismo”. Mas, considera que “se sou a favor da vida tenho que

ser, além de jornalista, um militante da causa ambiental”. Ele pondera que é incompatível alguém ser um bom jornalista e não se engajar na campanha pela qualidade de vida. Por fim, defende que “como jornalistas, temos o dever ético de mostrar isso para as pessoas. Então, de certa forma, acabamos sendo, além de jornalistas, também militantes que procuram conscientizar as pessoas sobre os riscos que correm no dia-a-dia”.

5.11 Financiamento Público

A idéia de Financiamento Público está vinculada ao processo de democratização da comunicação. Na área da radiodifusão comunitária o debate é mais antigo e já existem avanços significativos. Porém, sobre a criação de um modelo de financiamento para mídias que tratam de assuntos socioambientais e do desenvolvimento humano, que não são tão atrativos para o mercado publicitário, não há consenso entre os próprios jornalistas. Tosi se diz apoiador desse tipo financiamento e argumenta que “o dinheiro público não é do Governo, e sim do contribuinte que merece informação livre e de qualidade gratuitamente”, até porque finaliza ele “as mídias comerciais recebem fortíssimos investimentos do Governo através de financiamentos do BNDES, através de anúncios publicitários, etc”. Ele considera que recursos existem, porém o centro da questão está no não interesse dos Governos em fomentar a democratização da comunicação. Juarez cita alguns colegas de profissão que apóiam também o financiamento público para mídias ambientais, como por exemplo, no Rio de Janeiro, Vilmar Berna do Jornal do Meio Ambiente e Lúcia Sharib da Eco21, em São Paulo, Adalberto Wodianer Marcondes do Envolverde. Para Tosi, o financiamento público deve ocorrer de maneira que não comprometa a liberdade de imprensa.

A partir das informações obtidas desta entrevista concluímos que estes mídias ambientais independentes cumprem um papel social de duplo sentido. Primeiro, no caso da EcoAgência, há uma contribuição para o fortalecimento do jornalismo ambiental enquanto prática social que vai além de interesses particulares. Ao manter-se alinhada a alguns princípios de conduta profissional, a EcoAgência consegue estabelecer uma linha de atuação que ganha valor perante um público que busca um jornalismo comprometido e de credibilidade. E segundo, oferece em suas informações a essência da conscientização ambiental dos cidadãos que

anseiam por diversidade de conhecimentos. O objetivo maior, que é a defesa e a preservação do meio ambiente através do jornalismo encontra abrigo e é impulsionado por estes veículos de comunicação.

6 ANÁLISE DA COBERTURA DAS REUNIÕES DO CONSEMA EM 2008

Esta análise será realizada a partir de duas fontes de dados:

- a) As matérias referentes a essa cobertura encontradas no site da EcoAgência;
- b) Entrevista realizada com o jornalista Ulisses Nenê, repórter contratado pelo NEJ/RS naquele ano.

As matérias serão avaliadas a partir de cinco elementos do jornalismo ambiental:

1) se elas atendem às três funções básicas do jornalismo ambiental de Wilson Bueno, quais sejam⁷

- a) a função informativa;
 - b) a função pedagógica;
 - c) a função política;
- 2) a pluralidade de fontes;
 - 3) a atualidade da produção em relação aos novos fatos ou decisões;
 - 4) a abordagem sistêmica para contextualizar o assunto;
 - 5) a não neutralidade do repórter.

A análise através das matérias/notícias certamente ficará com lacunas em comparação com o todo do material produzido pelo repórter na época da cobertura, em virtude dos ataques ao *site* da EcoAgência em que boa parte do conteúdo existente fora perdido, sem recuperação até os dias de hoje, incluído textos de Ulisses Nenê. Em vista disso, foram recuperadas oito textos que serão a base para esta parte da análise.

A entrevista com o repórter durou aproximadamente uma hora e foram levantadas questões que englobavam os seguintes eixos: valores de jornalismo adotados por ele, bastidores da produção como a forma de preparação para as reportagens e as dificuldades de acesso a fontes e documentos, o diferencial em relação à abordagem da grande mídia, a ótica do jornalista engajado, a relação tempo/produção, as repercussões na época e as conseqüências posteriores, o posicionamento dos órgãos oficiais em relação ao tema, as contribuições do trabalho

⁷Mais detalhes nas páginas 23 e 24 no presente trabalho.

em si para a formação da consciência ambiental e para fortalecer os movimentos ambientalistas, e também os efeitos sentidos pela EcoAgência após as invasões ao site. O diálogo não se deu nessa ordem cronológica colocada aqui e a compilação dessas informações foi organizada em forma de texto contínuo para facilitar a contextualização e tornar os dados mais encadeados.

Alguns conceitos específicos do tema exigem um melhor detalhamento para que uma compreensão mais profunda e abrangente do evento das discussões no Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) ocorridas em 2008 para definir o Zoneamento Ambiental para a Silvicultura no Rio Grande do Sul (ZAS) seja possível. Segundo o glossário do *site* da FEPAM⁸ (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler) o CONSEMA é

o órgão superior do Sistema Estadual de Proteção Estadual - tem caráter deliberativo e normativo - responsável pela aprovação e acompanhamento da implementação da Política Estadual do Meio Ambiente. Seus membros são representantes da sociedade civil, governo, organizações não-governamentais, federação de trabalhadores e do setor produtivo e universidades.

O conceito sobre a biodiversidade do Bioma Pampa nos ajudará a perceber a amplitude e a variedade de relações existentes em um sistema complexo como esse Bioma em questão. Segundo o engenheiro agrônomo Carlos Nabinger, em entrevista à reportagem especial “Eucalipto vai invadir o Pampa”, do Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), “a cobertura vegetal do pampa tem mais de três mil espécies, 450 delas são gramíneas e podem servir de forragem e 150 são leguminosas. Elas sustentam 90 espécies de mamíferos nativos e mais de 100 espécies de aves.” (Jornal da Universidade, 2007, p.9). É importante que estas noções sejam ressaltadas para que seja possível fazer uma avaliação equilibrada entre duas formas de nos relacionarmos com o meio ambiente. Como já dito anteriormente, ou o entendemos a partir de uma *ecologia profunda* ou prosseguimos com a *ecologia rasa*.

Outra diferenciação pontual para o debate do Zoneamento Ambiental se dá sobre a noção de Floresta Natural e Floresta Plantada. Para a primeira aceitamos a

⁸ www.fepam.rs.gov.br

abordagem a) e para a segunda, quando de caráter essencialmente comercial, a definição b):

a)um sistema complexo, que se auto regenera e que possui solo, água, microclima, energia e uma ampla variedade de plantas e animais em relação mútua (RUSCHI, 1995 apud BINKOWSKI, 2009, p.171). Nela, ocorrem estágios de sucessão, com plantas colonizadoras, pioneiras, secundárias, até o estabelecimento do clímax. Num ecossistema de floresta há biodiversidade, que pode ser definida como “a soma de todos os diferentes tipos de organismos que habitam uma região” (DOBSON apud LEWINSOHN, 2001, p.2), ou ainda “a totalidade de gens, espécies e ecossistemas de uma região e do mundo” (EGB apud LEWINSOHN, 2001, p.2).

b)uma área cultivada, em que as espécies e estruturas foram simplificadas para produzir um determinado produto e, “diferente do que ocorre nas florestas, em uma plantação as árvores tendem a pertencer a uma reduzida variedade de espécies e idades e requerem uma constante e ampla intervenção humana” (RUSCHI, 1995, apud BINKOWSKI, 2009, p.171).

Não poderíamos avançar na análise da cobertura sem antes tratar de dois termos base dessa discussão, quais sejam: Silvicultura e Zoneamento Ambiental. Sobre o conceito de Silvicultura foram encontradas mais de uma definição as quais oscilam entre os campos da ecologia até o do agronegócio. Aquele, eleito para subsidiar o presente estudo, se encontra entre um extremo (ecologista) e outro (mercadológico), a saber

destina-se ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais, visando às necessidades do mercado e à manutenção, ao aproveitamento e ao uso racional das florestas (nativas ou comerciais)” (BINKOWSKI, 2009, p.19).

Já o termo Zoneamento Ambiental é essencialmente jurídico, porém com finalidades de proteção ambiental. Em síntese o conceito de Zoneamento Ambiental se configura como um intrincado grupo de normas, regras e parâmetros técnicos amparados em Leis dos Códigos Florestais Estaduais e Nacional. Todavia, para um zoneamento mais eficaz é preciso compor os conhecimentos jurídicos com saberes de outras áreas que possibilitarão um instrumento melhor adequado à região para o qual se destina. Portanto, é da natureza de qualquer Zoneamento Ambiental possuir um caráter interdisciplinar e para isso se apóia em critérios básicos. Ainda que o foco da legislação não seja as especificidades da questão, pois objetiva oferecer principalmente as garantias legais, o zoneamento deve estar amparado por elementos técnicos fornecidos por diferentes ciências e que ao final devem obter

uma forma de gerir as riquezas naturais. Para CORRÊA (2009) “alguns itens fundamentais encontram-se envolvidos na elaboração de um estudo de Zoneamento Ambiental” são eles:

- a) a delimitação da região como ponto inicial dos trabalhos, para definição de prazos e recursos disponíveis para a execução dos trabalhos;
 - b) os aspectos ambientais (topografias, tipo do terreno, etc.);
 - c) a definição de escalas de trabalho;
 - d) a identificação das metodologias de diagnóstico;
 - e) interpretação e representação dos aspectos estudados,
 - f) desenvolvimento do diagnóstico,
 - g) processamento e interpretação das informações, passando por sua representação cartográfica;
 - h) interação dos dados, até a representação final do zoneamento.
- (CORRÊA 2009, p.27/28) [adaptação nossa]

Sobretudo o zoneamento deve determinar quais espaços físicos do solo podem ser explorados comercialmente e como isso deve ser feito para que não haja prejuízos para o meio ambiente. MILARÉ (2007, p.342) diz que o zoneamento “é o resultado de estudos conduzidos para o conhecimento sistematizado de características, fragilidades e potencialidades do meio, a partir de aspectos ambientais escolhidos em espaço geográfico delimitado”. Outra abordagem que contribui para a compreensão de como funciona e da relevância de um Zoneamento Ambiental é apresentada também por CORRÊA (2009), quando nos diz que Zoneamento Ambiental

consiste em dividir o território em parcelas nas quais se autorizam determinadas atividades ou interdita-se, de modo absoluto ou relativo, o exercício de outras. A partir do zoneamento são definidas as diretrizes de política agrícola e ambiental. O Zoneamento Ambiental é importante porque visa subsidiar processos de planejamento e de ordenamento do uso e da ocupação do território, bem como da utilização de recursos ambientais. (CORRÊA, 2009, p14/15)

Ainda tratando de conceitos ligados a outros campos que não o da comunicação, busca-se na Ecologia a compreensão de quais são os possíveis efeitos sobre um determinado ecossistema ao serem introduzidas plantas exóticas invasoras, isto é, aquelas que são originárias de outra região e que quando inseridas em um determinado local alteram o funcionamento do ecossistema nativo. Sobre este tipo de planta, em ZILLER (2008) temos o seguinte esclarecimento:

elas tendem a produzir alterações em propriedades ecológicas essenciais como ciclagem de nutrientes e produtividade vegetal, cadeias tróficas, estrutura, dominância, distribuição e funções de espécies num dado

ecossistema, distribuição de biomassa (com isso aumentando o risco de incêndios), taxas de decomposição, processos evolutivos e relações entre polinizadores e plantas. Podem alterar o ciclo hidrológico e o regime de incêndios, levando a uma seleção das espécies existentes e, de modo geral, ao empobrecimento dos ecossistemas. (ZILLER, 2008, p.5)

A planta exótica que está relacionada diretamente com o caso deste estudo – as discussões no CONSEMA sobre o ZAS no RS – é o Eucalipto. Nativa da Oceania e da região da Indonésia, ela possui uma variedade de mais de 500 espécies e se adapta facilmente a diferentes solos e climas. (CIB, 2008). Segundo informações trazidas por Binkowski (2009),

dentre as diversas possibilidades de uso do Eucalipto (produção de lâminas, compensados, aglomerados, carvão vegetal, madeira serrada, celulose, papel, óleos essenciais e produção de mel), a produção de celulose e papel apresenta destaque no setor industrial, sendo este o setor que apresentou maior dinamismo econômico nas últimas décadas. (BINKOWSKI, 2009, p.27)

Em um dossiê publicado em 2006 chamado *Deserto Verde: Latifúndio do Eucalipto*, Maurício Thuswohl reuniu uma grande quantidade de informações sobre a implantação das Florestas de Eucalipto no Rio Grande do Sul, as movimentações financeiras das Empresas envolvidas, o papel do Estado para concretizar os projetos e os possíveis impactos ambientais na região do Pampa para esse cultivo. Desses impactos destaco dois trechos importantes,

- a) Segundo o professor Ludwig Buckup, baseado em estudos de Zoraido Ceroni publicado em 1972, cada eucalipto elimina pela evapotranspiração 36,5 mil litros de água por ano. Então 35 milhões de árvores terão uma evapotranspiração anual de 1,23 quatrilhão de litros de água retirada do solo por ano. Na mesma área, em anos normais, temos uma precipitação anual de 1,5 mil milímetros, chovendo 1,05 quatrilhão de litros de água. O que representa um volume de chuva 20% menor do que vai evapotranspirar em um ano”. THUSWOHL (2006, p.10)
- b) Outro impacto ambiental causado pelo monocultivo do eucalipto é a redução da biodiversidade da flora e da fauna do Pampa Gaúcho, que se estima existir mais de 3 mil espécies na região entre as quais estão pelo menos 450 gramíneas forrageiras e 150 leguminosas também forrageiras. O eucalipto causa também a degradação da fertilidade dos solos, exigindo grandes investimentos de recuperação posterior à colheita e compactação pelo uso de máquinas pesadas”. THUSWOHL (2006, p.10/11)

Um dos argumentos mais utilizados pelas Empresas interessadas no plantio do Eucalipto e pelo Governo do Estado era a geração de renda e emprego. Contudo uma informação apresentada por PEREIRA (2006, p.42) contesta essa perspectiva ao dizer que o “monocultivo do eucalipto é capaz de gerar apenas um emprego em cada 185 hectares de terra ocupada”.

Em resumo, o centro da discussão na época era a expansão da silvicultura no RS, em que os principais agentes políticos envolvidos eram as Empresas plantadoras de eucalipto com grandes investimentos financeiros a serem depositados nos cofres do Estado, o Governo que fornecia incentivos e dava apoio em diversas instâncias a estes empreendedores e os grupos e ativistas ambientais que buscavam se organizar e fazer resistência. Mais tarde diversos movimentos sociais entraram na disputa e isso aumentou a polêmica e também a visibilidade da questão. BINKOWSI (2009, p.21), observou que o principal ponto que estava sendo defendido pelos críticos da silvicultura do eucalipto era que “a questão da expansão dos cultivos no RS não poderia ser vista apenas em termos de desenvolvimento econômico e que a sociedade deveria estar ciente dos riscos sociais que esses cultivos poderiam ocasionar à população do pampa gaúcho.”

Na etapa seguinte deste trabalho está a Entrevista⁹ com um dos poucos repórteres que fez um acompanhamento sistemático das discussões do CONSEMA em 2008. Reuniões essas que foram decisivas para que o projeto para silvicultura do Governo do Estado na época pudesse ser aplicado na sua quase totalidade.

6.1 A pré-cobertura

As primeiras notícias sobre a implantação de grandes projetos de Silvicultura por empresas multinacionais no Estado surgem em meados de 2004. O repórter Ulisses Nenê já vinha acompanhado o assunto dos eucaliptos quando trabalhava como editor da revista do CREA. Ele produziu uma matéria especial para a revista e percebeu a grandiosidade dos projetos. Ficou claro para ele que não eram projetos localizados ou pontuais, mas que envolviam investimentos pesados e numa área muito extensa, especialmente na metade sul. A estimativa de uso da terra era de quinhentos mil a um milhão de hectares conforme se realizassem esses projetos. Já

⁹ Entrevista realizada no dia 19 de outubro de 2011

se sabia do envolvimento de três grandes papelarias: a Aracruz, a Stora Enso e a Votorantin Celulose e Papel nestes empreendimentos. Outro fator importante para a concretização desses planos foi o vultoso apoio que o Governo do Estado conferiu do início ao fim do processo. Tratava-se de uma política do Governo para a silvicultura em que envolviam outras espécies, mas a principal era o Eucalipto. A implantação dessa política teve início no Governo de Germano Riggoto, mas fora intensificada e finalizada durante o Governo Yeda Crusius. Sobre o período em que antecedeu a sua cobertura em 2008 Ulisses relatou que

Ao fazer a matéria para a revista do CREA percebi que eram megaprojetos envolvendo corporações gigantes e com apoio oficial do governo do Estado, e da grande mídia, porém com fortes objeções da parte dos ambientalistas. Por isso, quando começou a discussão no COSEMA eu já estava bastante interado, bem informado e envolvido com o assunto, possuía muito interesse nessa questão. (NENÊ, 2011)

Uma característica perceptível logo no início da entrevista era o envolvimento e o comprometimento do repórter com a pauta que tinha em mãos para realizar. Quatro anos antes ele já havia atentado para a questão e quando surgiu essa oportunidade de fazer a cobertura ficou evidentemente mais fácil para ele fazer a contextualização do assunto em suas matérias. Além disso, tal antecipação confere segurança e ânimo para o jornalista fazer bem seu trabalho.

Em março de 2007 o Governo já possuía um Grupo de Trabalho que analisava as diretrizes para o Zoneamento da Silvicultura, mas que não contava com a participação da comunidade ambientalista que se manifestou e conseguiu entrar no processo de discussão. Este já era uma sinalização clara da intenção do Governo em construir um zoneamento à margem das problematizações da óptica ambientalista. Conforme a Portaria nº 006 da SEMA de 21/02/07, o Grupo de Trabalho é constituído por órgãos do governo do Estado, e pela FIERGS, AGEFLOR, FETAG, SINDIMADEIRA e FAMURS, e não estão incluídas as entidades ambientalistas que também compõem o CONSEMA de onde o processo de Zoneamento da Silvicultura fora demandado em 2004. Este encaminhamento que o Governou procurou realizar sem participação de todos os conselheiros do CONSEMA afetaria a legitimidade dessa instância superior quanto à legislação ambiental do Estado caso fosse levada a diante.

6.2 A Cobertura

Como já dito no capítulo anterior a EcoAgência está ligada a uma ONG de jornalistas voltados para as questões do meio ambiente. Nessa condição e pelas razões já expostas para a ausência de recursos, o NEJ/RS dispunha de apenas um repórter principal/oficial (Ulisses) para acompanhar as discussões sobre o ZAS. Ele planejou, produziu e executou a cobertura praticamente sozinho, contando apenas com o apoio dos colegas do NEJ/RS e de outros veículos independentes que acompanhavam o tema. Na visão do repórter, naquele ano (2008) a EcoAgência “viva um bom momento, funcionando com uma boa regularidade de matérias próprias, tinha apoio, patrocínio que nos possibilitava ousar um pouco e fazer coberturas mais profundas um pouco, havia recursos”.

6.3 Tempo de cobertura e produtividade

A este “bom momento” vivido pela agência, Ulisses atribui a disponibilidade quase integral de tempo que tinha para trabalhar para a EcoAgência e para cobrir uma boa variedade de pautas. Segundo ele, a cobertura sobre o tema do Zoneamento Ambiental da Silvicultura no RS durou aproximadamente seis meses, porém foram nos dois últimos meses, quando se aproximou da votação e finalmente ocorreu a aprovação do ZAS, que ela ficou mais intensa. A produção das matérias ocorria conforme se davam as reuniões do CONSEMA ou quando havia o pronunciamento de alguma personalidade envolvida na questão.

6.4 Fontes e Documentos

Uma preocupação constante de um jornalista que pretende realizar um trabalho plural é consultar uma boa variedade de fontes e também buscar informações em diferentes documentos. Na cobertura que estamos analisando, esse também foi um critério seguido. Embora a EcoAgência estivesse realizando uma cobertura crítica em relação a Silvicultura do Eucalipto, ou pelo menos na maneira como estava sendo implementada, segundo o repórter, ele não teve “grandes dificuldades em falar com fontes, mas sim em acessar documentos do Governo sobre o tema desde antes do início das reuniões do CONSEMA sobre o ZAS.”

Sobre a questão da pluralidade de fontes, quando indagado, Ulisses ressaltou que “também foram consultadas fontes que eram do lado empresarial, como a Stora

Enso e a Aracruz, sem problemas de acesso, mas esse lado não carecia de visibilidade maior e as informações eram sempre no mesmo sentido, se repetiam e não traziam nada de novo”. Para ele, as novidades estavam nas discussões internas do Conselho Estadual do Meio Ambiente, pois “ali estava ocorrendo um debate mais acirrado, onde fluíam informações novas e coisas relevantes de fato”. De acordo com ele, sempre que as empresas eram consultadas se ouvia um discurso padronizado e circular “de que não haveria impacto, de que era possível fazer um plantio extensivo sem maiores conseqüências para o meio ambiente, desde que fossem observadas determinadas técnicas”. Outro argumento exaustivamente repetido pelas empresas era o da geração de emprego. Quanto a esse ponto do debate ele afirmou que “absolutamente não gera mais empregos do que a agricultura ou a pecuária”. Ele explica ainda que “o número de empregos gerados por hectare pela silvicultura é muito inferior do que a produção de alimentos, principalmente em relação à agricultura familiar”. Essa postura das empresas que evitava os questionamentos necessários, acabou direcionando sua cobertura mais aos “bastidores do que estava acontecendo”. Outras fontes como os técnicos das comissões, os representantes dos movimentos ambientais, os agentes do Governo e os próprios conselheiros do CONSEMA ofereciam maior abertura para aprofundar a discussão.

6.5 Diferenças entre dois tipos de cobertura

Uma questão tradicionalmente discutida nos meios jornalísticos é o antagonismo entre a forma de fazer cobertura realizada pela chamada “grande mídia”, em oposição ao trabalho feito por outras mídias, que se afirmam independentes. O caso que este estudo investiga expressa claramente esta realidade, na opinião do entrevistado. “Existiu a nossa cobertura, e existiu a cobertura da grande imprensa, e daí de fato a diferença é gritante”. Ele lembra que “houve apenas mais alguns poucos veículos pela internet, como o JÀ Ambiental, que apresentaram boas matérias sobre o tema durante o período”. Sobre o trabalho deste outro veículo ele diz que “eram matérias interessadas e com a real preocupação de levantar os problemas, apontar as dificuldades, as contradições, os interesses envolvidos da mesma forma que nós, com um viés mais responsável”. No entendimento de Ulisses, a cobertura realizada por ele e pelo Já Ambiental “foi de

fato uma cobertura jornalística como deve ser, se aprofundou em um assunto de acordo com a importância que ele tinha, e esse era um assunto importante para o momento”. Ele relata ainda que “nós acompanhamos, fomos buscar todas as informações, todos os interesses envolvidos, todas as opiniões e fizemos uma boa cobertura”. Ulisses considera que quem teve a oportunidade de acompanhar a cobertura feita por ele, pôde se interar muito bem do assunto, visto que as matérias vinham acompanhadas de uma quantidade bastante ampla de opiniões e de informações muito corretas dos verdadeiros impactos ambientais, sociais e econômicos dessa monocultura do Eucalipto aqui no Estado.

Na visão do repórter havia uma diferença principal entre as duas coberturas por assim dizer, a da grande mídia e da EcoAgência:

a diferença fundamental que eu diria da nossa cobertura para a da grande imprensa, é que a grande mídia se pautou principalmente pelo viés econômico e os supostos benefícios que isso traz para o Estado e para as comunidades locais onde está sendo implantada a monocultura do eucalipto. (NENÉ, 2011)

Ele traz como exemplo, as matérias feitas pela Zero Hora quando foram anunciados os primeiros grandes investimentos nessa área, em que a única visão apresentada era o enfoque econômico, sem oferecer qualquer contraponto ambiental naquele momento. Ele relembra que “mais tarde, em outro caderno de meio ambiente é que ela veio a abordar de forma muito tímida, tranparecendo muito receio e até medo em tocar no assunto e ir mais fundo no impacto ambiental”. Para o repórter esta é uma postura que “não se justifica do ponto de vista jornalístico, que tu faça essa abordagem com essa divisão como se fosse possível tu descolar os impactos econômicos dos ambientais, uma esquisofrenia”. Para ele, ficou muito evidente num primeiro momento a intenção de repartir a cobertura. A idéia, diz Ulisses, “era mostrar uma hierarquização entre assuntos com prioridade ao econômico”. Na avaliação do repórter “isso não faz o menor sentido, por que por princípio no jornalismo temos que dar todos os lados da moeda, que podem ser vários e não apenas dois. E eles deram apenas um, o econômico”.

A abertura da grande mídia para essa perspectiva ambiental naquele período, só veio a ocorrer, segundo Ulisses, depois que algumas autoridades no assunto se pronunciaram como o Prof^o. Ludwig Bucup, o Prof^o Paulo Brack e o Prof^o Flávio Lewgoy e também entidades ambientalistas tradicionais como o Núcleo de Amigos da Terra, a Agapan e o próprio NEJ/RS. Contudo, ressalta o repórter, “ela nunca fez

um acompanhamento sistemático, por exemplo, nunca acompanharam as reuniões do conselho”. Para ele, nesses últimos 10 anos, essa foi uma das questões que mais mobilizou a opinião pública e os movimentos ambientalistas. Além desse as discussões sobre a orla do Guaíba também tiveram muita repercussão.

Ulisses entende que da parte da iniciativa privada há pouco ou nenhum interesse em apoiar um trabalho realmente sério voltado para a defesa do meio ambiente. Segundo ele “o que eles querem mais é visibilidade no grande jornal, na grande TV, mas o compromisso com o meio ambiente é pequeno”. Mas, não ignora que existam alguns jornalistas que estão trabalhando para essas empresas que possuem um interesse genuíno pela questão ecológica, mas que também não conseguem apoio interno e nem espaço para fazer uma cobertura diária, mais especializada sobre esse assunto. Desse raciocínio ele indaga que

se há especialistas em jornalismo econômico, cultural, esportes, por que não há também uma cobertura diária especializada em meio ambiente? E que realmente ouça todos os lados, não há! É só episódico, é só para fazer constar. É uma cobertura superficial, momentânea, muito em cima de grandes eventos ou de grandes tragédias. (NENÊ, 2011)

As coberturas de meio ambiente devem procurar os antecedentes, os debates envolvidos nos bastidores, as causas e conseqüências, investigar com profundidade o assunto, dessa forma é que Nenê percebe a missão desse tipo de jornalismo.

6.6 Trabalho de Campo

O repórter realizou um trabalho de campo importante e esteve presente em praticamente todas as reuniões. Ele observa que “estando lá eu podia ver o que cada um argumentava e os interesses em jogo, como é que se davam as discussões nos bastidores”. No seu relato, Ulisses dá a sua versão do que aconteceu nesse processo de aprovação do Zoneamento Ambiental dentro do CONSEMA

as ONGs na verdade foram “patroladas” lá dentro, e lá saltou aos olhos um problema grave que é a composição do conselho estadual do meio ambiente por ser completamente desigual: de um lado estão todos os interesses das empresas com um número muito maior de conselheiros, e do outro lado estão ali três ou quatro ONGs que só fazem o contraponto verbal, mas que na hora da votação não tem a menor chance ainda que seus argumentos sejam concisos, sérios de pessoas com alto grau de conhecimento sobre o assunto. A decisão sobre a votação já era tomada antes das reuniões com orientação do governo. Havia a orientação da

governadora Yeda Crusius que aquilo tinha que ser aprovado o mais rápido possível para acelerar também a implantação dos projetos. (NENÊ, 2011).

Para o entrevistado uma das conclusões mais importantes dessa cobertura foi a necessidade urgente de uma reformulação do CONSEMA. Ele explica que a composição do Conselho é uma das situações mais evidentes de que as políticas ambientais no Estado do Rio Grande do Sul ainda não tem o controle social adequado.

Como matéria de maior destaque, o Jornalista apontou aquela que saiu no próprio dia (09/04/2008) da votação. Ele conta que “foi um dia muito estressante, muito tenso, pois a votação se estendeu por muitas horas”. Na visão do repórter “o que eles queriam mesmo era aprovar de qualquer jeito! Havia uma decisão política já tomada para isso. Foi um dia importante, pois se escancararam as porteiras para que o projeto entrasse obrigatoriamente”. Uma opinião que era compartilhada entre os ambientalistas e o próprio Ulisses era de que com aquela votação decidiu-se que de fato não haveria Zoneamento, o zoneamento que se votou ali é um NÃO zoneamento, pois estava consumada uma liberação praticamente total para que os projetos fossem implantados sem impedimentos maiores. E ele sentencia “naquela ocasião o Rio Grande do Sul decidiu que não teria um zoneamento real, o que foi aprovado foi um zoneamento fictício.

Outra matéria que causou bastante repercussão, como relembra Ulisses, foi uma feita com a Presidente da Fepam, Ana Pellini. “Eu fiz um entrevista com ela e perguntei “A senhora pressiona os fiscais?” e ela disse “Eu pressiono sim!”. Esta resposta direta a uma pergunta de peso causou um grande impacto. De acordo com ele, os fiscais, responsáveis pela liberação dos licenciamentos, estava sendo pressionado a liberar os projetos pela própria Presidente. O fato reverberou tanto entre os ambientalistas e como também dentro da Fepam. “Acho que ajudou a desmascarar o que estava acontecendo lá dentro”, disse Ulisses.

No mesmo período o Professor Ludwig Bucup apresentou um parecer em que constam inúmeros impactos possíveis de uma plantação de eucalipto, por exemplo, que um pé de eucalipto é capaz de absorver até 100 litros de água/dia. E que uma floresta com milhares dessas árvores seria um desastre ambiental. Outro fato importante que Ulisses relatou sobre esse documento é que ele denunciava o falseamento de informações utilizadas se baseando em dados de 1982 sobre a

precipitação na região de Bagé e de seus arredores. Sendo que, de 1982 até 2008 houve uma diminuição significativa nas precipitações daquela região, e que isso é determinante para avaliar se pode haver plantio extensivo de eucalipto naquele local.

Ulisses avalia que quando uma cobertura é realizada de forma séria e comprometida, existem efeitos imediatos do trabalho que se faz. Um desses efeitos que ele percebeu na época foi o fortalecimento das mobilizações dos grupos ambientais. Ele conta que “o pessoal das ONGs se sentia um pouco legitimado para ir pressionar o Conselho por que sabiam que teria repercussão e que estava sendo acompanhado”. A distribuição da *Newsletter* da EcoAgência repercutiu pela *internet*, e era muito reproduzida tanto aqui, como nos outros Estados, segundo ele. “A partir de alguns *feedbacks* que recebemos, ficamos sabendo que havia um acompanhamento do nosso trabalho e que havia muito medo dentro do Governo, eles tinham muito receio do que se podia dizer”, comentou Ulisses.

6.7 A importância da preparação do repórter

Na perspectiva do entrevistado, a preparação para fazer a cobertura foi um dos grandes diferenciais do seu trabalho. “Eu lia muito e conversava muito”, afirma ele. De acordo com o jornalista, a sua cobertura estava inserida dentro das reuniões do CONSEMA e estava ciente de cada novo fato que surgia. Em comparação com a cobertura da grande imprensa ele relata que não houve acompanhamento dos debates por qualquer grande veículo e que “eles chegaram depois de já concluído tudo e não sabiam o que tinha acontecido”. O “eles” fizeram, disse Ulisses, foi basicamente coletar algumas declarações do final e noticiar uma informação de qualidade duvidosa. “Naquele dia eu fiquei o dia todo lá dentro”, reitera ele.

6.8 Intervenção Branca

O modo como se desenrolaram os acontecimentos relacionados às discussões sobre o ZAS, chamou a atenção do repórter da EcoAgência. A participação e o empenho dos representantes do Governo do Estado e da própria Governadora Yeda Crusius, causou estranhamento ao jornalista. Em vista disso, ele cunhou o termo “Intervenção Branca” para definir o processo de aprovação do ZAS.

Para ele, essa intervenção ficou evidente quando o Governo do Estado alterou os quadros de topo da SEMA e da FEPAM. Foram substituídos o Secretário do Meio Ambiente e a Presidente da Fepam, por outras indicações da Governadora e que eram oriundos do setor de Segurança Pública e que não tinham nenhuma afinidade com as questões ambientais. Segundo Ulisses, “a Direção anterior, embora também indicação do Governo, possuía algum respeito pelos pareceres, pelas opiniões divergentes, tentava compor alguma coisa, algum entendimento entre as partes.” A Secretaria do Meio Ambiente ficou a cargo de José Otaviano, já a Fepam foi assumida por Ana Pellini. A nítida impressão que ficou é de que a entrada desses dois novos agentes políticos tinha um objetivo bem definido: aprovar o ZAS naquele ano. No entendimento do repórter “eles estavam lá para colocar em marcha uma proposta de desenvolvimento segundo os preceitos neoliberais, ou seja, liberem-se todas as possíveis amarras de investimentos da economia, o mercado se regula sozinho. Foi o neoliberalismo aplicado ao meio ambiente através de uma junta interventora do Governo”.

6.9 Os Ataques

O intrigante caso de violação do *site* da EcoAgência, que ocorreu justamente numa das fases de maior visibilidade da agência por conta da cobertura das reuniões do CONSEMA sobre o ZAS, foi ponto de questionamento nessa entrevista. Na óptica do entrevistado “a relação entre os ataques ao site e a cobertura realizada é possível, mas é impossível afirmar isso”. O caso foi levado para as polícias civil e federal. Contudo, nenhuma delas possui as condições necessárias para investigar este tipo de crime virtual, sendo que nas ocorrências de internet a prioridade é pedofilia. “Não tivemos nenhum resultado dessa investigação, mas foi uma coincidência muito grande”, considera o repórter.

Ele, ainda afirma que essa ação dos hackers teve grande impacto no trabalho da agência e no dele especificamente. “Levamos muito tempo para conseguir retomar a produção de matérias pela EcoAgência, que era bastante regular, e isso nos desestruturou, nos desorganizou um pouco, e também nos tomou muito recurso financeiro” explica o repórter. Outra perda que ele lamenta foi a não possibilidade de recuperar o conteúdo do *site* antigo e com isso as próprias matérias dele. Foi

necessário aumentar consideravelmente os investimentos em segurança digital para o novo site, e isso onerou pesadamente o NEJ/RS que já se mantinha com baixos orçamentos, segundo Ulisses. “Esse desvio de recurso reduz a possibilidade de avançar em coberturas mais aprofundadas ou, por exemplo, de prosseguir com a produção de matérias a respeito de temas ligados à Silvicultura”, argumentou. E conclui dizendo que a EcoAgência viveu naquela época seu melhor momento de cobertura mais intensa. Duas causas principais são apresentadas por ele para que a agência não tenha mais conseguido realizar uma cobertura tão intensa: “os gastos com segurança e também por não termos conseguido mais apoios que pudessem viabilizar uma cobertura contínua”.

6.10 Pós-Cobertura

Uma última análise fundamental feita por Ulisses foi sobre os efeitos da sua cobertura a curto e médio prazos. Um primeiro sinal desses desdobramentos para além do zoneamento ambiental da silvicultura, foi a parceria do NEJ/RS com autor Vitor Bachetta que veio ao Rio Grande do Sul lançar seu livro chamado “*A Fraude da Celulose*”. Com um volume muito grande de informações o livro demonstra qual tem sido o impacto das papeleiras no território Uruguaio, onde isso começou muitos anos antes do que aqui no Estado. O repórter comenta que “lá o impacto social, econômico e principalmente ambiental tem sido terrível, e muitos povoados simplesmente desaparecerem porque a água acabou, secaram as fontes de água”. Houve uma grande ocupação por parte da monocultura do eucalipto sobre locais tradicionais de uso dos pequenos produtores para sua subsistência. Essa mudança de tipo de produção refletiu diretamente na questão do emprego, como esclarece Ulisses ao dizer que “as pessoas estão acostumadas a produzir alimento, e daí chega lá um cultura onde se plantam pés de eucalipto e ficam lá dois ou três empregados cuidando do crescimento dessas plantas e o resto é dispensado por uns 7 ou 8 anos”. O plantio é a fase que há uma geração maior de emprego, mas que é temporária e logo a maioria das pessoas é dispensada. O próprio corte, a extração da madeira é quase toda mecanizada. “Logo após essa aprovação do ZAS

fiz a entrevista com o Bachetta na ocasião do lançamento do livro dele aqui”, lembra Ulisses.

Outro resultado das influências geradas com aquela cobertura foi uma série de reportagens feitas pelo Correio Brasiliense. Para Ulisses “eles fizeram aqui aquilo que a grande imprensa local nunca fez”. Na sua visão foi uma reportagem de fato, que visitou os locais, que conversou com todas as pessoas envolvidas, que viajou até o Uruguai para ver o que havia se passado lá após as plantações. O entrevistado afirma que “o que ficou comprovado através de fatos e de fotos, é o resumo do que já dizíamos que aquilo equivale a um deserto verde, sem vida, sem melhores resultados para a população das áreas ocupadas pela silvicultura do eucalipto”.

Como já abordado anteriormente, a opinião do jornalista é de que o Zoneamento aprovado naquele ano representou um falso zoneamento ou um não zoneamento. Pois, como ele disse “o que o zoneamento deveria dizer é onde tu pode ou não plantar eucalipto, em que quantidades, e o que ficou foi uma questão não resolvida, uma lacuna que não se fechou”. E realmente, não se encerraram os debates naquele momento, embora possa parecer ter sido essa a intenção do Governo. Tempos depois, o judiciário em primeira instância determinou que fosse feito um zoneamento, mesmo que fosse com uma proposta que não tinha sido aprovada, e ficou a da Fundação de Zoobotânica. Os técnicos da Fundação tinham feito uma proposta que não havia sido levada em consideração, então o judiciário decidiu que enquanto mais nada fosse feito a esse respeito que ficasse valendo essa proposta da FZB. Isso gerou a necessidade de se reunir então o Conselho, com os conselheiros que se sentaram à mesa e chegaram a um novo Zoneamento, que foi mais ou menos de consenso com novas definições que ainda não são aquelas ideais, mas que avançaram em relação ao que foi aprovado anteriormente. Ulisses compreende que “isso é uma consequência das pressões daquele período”.

Por fim, Ulisses ressalta que “aquelas matérias todas até hoje servem de subsídio para debates e serviram para alertar o Estado de que realmente esse é um assunto muito preocupante”. Ele percebe que sempre que se conversa com as pessoas em geral, com os cidadãos comuns, dificilmente se encontra alguém que seja totalmente favorável ao plantio de eucalipto. Ele está certo de que “as pessoas sabem que isso tem problema por trás muito sério”. Ele considera que as matérias serviram para uma tomada de consciência da população em relação não apenas a

questão da silvicultura, mas também das questões ambientais em geral. Além disso, foi importante também para fortalecer as ONGs, dar legitimidade e repercussão ao trabalho delas. Ele explica que “as ONG’s fazem um trabalho bastante solitário, e que quase não repercute na grande mídia, ou com grande dificuldade, e o pessoal vive uma sensação de isolamento muitas vezes”. Na medida em que eles sentem o trabalho deles em defesa do meio ambiente repercutindo, eles se sentem mais animados a lutar e a persistir por que sabem que haverá desdobramentos.

Em uma última declaração, o entrevistado pareceu bastante otimista ao afirmar que

a sociedade tem uma grande sensibilidade para esses temas, mas ela precisa é ter mais acessos a informação e se motivar a mudar seus costumes seus hábitos e aprender a dar prioridade à qualidade de vida também e não apenas a projetos econômicos que não medem conseqüências. Quem acompanhou nosso trabalho pôde perceber que havia outros interesses muito além do bem-estar da qualidade de vida das pessoas nesses projetos de silvicultura. (NENÊ, 2011)

Durante a entrevista foi possível perceber que embora a votação final do ZAS não tenha contemplado o objetivo dos ambientalistas, como também a do próprio repórter, ao falar da cobertura em si e dos fatos que a sucederam o jornalista se mostrou recompensado pela oportunidade de prestar um serviço à comunidade, ao meio ambiente e agora ao estudo do jornalismo ambiental. Em seguida, procederemos a análise pontual das matérias de Ulisses Nenê que foi possível recuperar e que já estão disponíveis no site da EcoAgência. As matérias selecionadas estão nos anexos exatamente como estão no site da EcoAgência.

6.11 Análise das matérias

Antes da análise vamos retomar os critérios a serem avaliados:

1) se elas atendem às três funções básicas do jornalismo ambiental de Wilson Bueno, quais sejam

- a) a função informativa;
 - b) a função pedagógica;
 - c) a função política;
- 2) a pluralidade de fontes;

- 3) a atualidade da produção em relação aos novos fatos ou decisões;
- 4) a abordagem sistêmica para contextualizar o assunto; e
- 5) a não neutralidade do repórter.

A primeira matéria a ser analisada foi publicada no dia 03 de Abril de 2008 com título “Zoneamento da Silvicultura será apreciado hoje pelo CONSEMA”. Ela contempla bem as funções informativa, pedagógica e política, pois traz detalhes do assunto, explicita alguns termos técnicos e dá informações de como o cidadão pode participar das reuniões. Não há citação de fontes, porém no texto percebe-se que existem informações de natureza diversa o que nos indica que houve pesquisa em mais de uma fonte. Quanto à atualidade a notícia foi veiculada um dia antes da reunião (04/04), logo está bem posicionada no quesito tempo. O jornalista não se limita em falar da reunião, são agregadas informações que dizem respeito a fatos anteriores e também a estrutura de funcionamento do Conselho. A matéria apresenta críticas concisas e bem direcionadas tanto ao Governo quanto às empresas de celulose, deixando transparecer a opinião do jornalista.

A segunda matéria é do dia seguinte, 04 de Abril de 2008, e intitulada “Restrições ao eucalipto são retiradas da proposta de zoneamento da silvicultura no RS”. Nesta matéria novamente as três funções são utilizadas, a função informativa pelo volume de informações e com bastidores de algumas decisões, a pedagógica ao explicar questões hierárquicas de dentro da Secretaria do Meio Ambiente e a política quando coloca na íntegra uma carta aberta à população das ONG's contrárias aos projetos de silvicultura. Há pluralidade de fontes incluindo declarações de pessoas com posições contrárias sobre o tema em pauta. A matéria saiu no dia que ocorreu a reunião. Quanto à contextualização pode ser considerada mediana, pois ficou mais detida sobre o evento da reunião em si. Posicionamento do jornalista fica claro ao usar adjetivos como “autoritária” e conferindo espaço para termos como “permissiva” ao se referir a uma atitude adota pela presidenta da Fepam na época.

Na terceira matéria, do dia 08 de Abril de 2008, com o título “Zoneamento Ambiental da Silvicultura será votado hoje no Consema/RS” também estão colocadas as três funções do jornalismo ambiental. O texto antecede uma reunião marcada para o dia 09 de Abril 2008 e possui um enfoque na preparação do leitor para a votação que se seguirá. Traz nele como função informativa os principais pontos de divergência do conteúdo do ZAS. A pedagógica se limita a explicar

algumas siglas e alguns poucos termos técnicos. E, a política também pouco explorada aparece mais quando dá o serviço de data, hora e local para o público comparecer à reunião. No aspecto da pluralidade o texto está bem servido com mais de uma opinião e de pontos de vista distintos. A visão sistêmica é atingida quando avança para além dos fatos e aborda a trama de relações no Governo e dentro do Conselho. O posicionamento do jornalista é menos evidente, em vista da diversidade de opiniões trazidas e de forma mais ou menos equilibrada em termos que quantidade. Mas, é inquestionável o peso das declarações dos ambientalistas e essa seleção representa indiretamente a visão do repórter.

O quarto texto, publicado também no dia 08 de Abril de 2008 com o título de “Pressionei, sim”, é bastante político e basicamente contempla três dos cinco critérios. O primeiro é a função política pois a matéria se dá em cima de uma declaração da presidenta da FEPAM que afirma ter pressionado seu funcionário à agilizar as liberações para a votação do CONSEMA. Muito atual porque é veiculada no dia da declaração. E, mostra claramente a posição do jornalista que dá ênfase no peso da declaração que expõem um uso questionável da autoridade da presidenta.

Já a quinta matéria, e a terceira publicada no dia 08 de Abril de 2008, com o título de “Presidenta da Fepam admite que pressinou pela aceleração dos licenciamentos das papeleiras”. Essa matéria contempla quatro dos cinco critérios, deixando de lado a questão da atualidade. Ela traz um bom resumo dos fatos acontecidos até ali, insere novas informações a respeito de algumas personalidades envolvidas no caso e de opiniões de servidores público e outros técnicos ainda não ouvidos. A abordagem sistêmica é o principal item a ser destacado neste texto.

A sexta matéria selecionada e intitulada como “Liminar da Agapan suspende votação do ZAS no Consema/RS” do dia 09 de Abril de 2008 é precisa quanto ao critério da atualidade. Com uma carga bastante política ela aborda trâmites internos do Conselho, manobras do Governo e de representantes das empresas para tentar suspender a liminar que impedia a votação. O critério da não neutralidade é também atingido quando o jornalista dá destaque ao que chama de “farsa democracia” ao falar da composição CONSEMA. Outros critérios como a função informativa, a pluralidade de fontes e abordagem sistêmicas são da mesma forma apresentados quando trazem declarações explicativas de mais de um representante do Conselho.

Na sétima matéria, ainda do dia 09 de Abril de 2008 com o título “Justiça suspende liminar da Agapan e zoneamento é aprovado” o primeiro critério que se percebe é o de atualidade, em vista de que o repórter acompanhou a reunião na íntegra durante as mais de 7 horas que transcorreram desde o início até o fim da votação. Outro critério evidenciado é o da não neutralidade do repórter, especialmente quanto ao desfecho do caso quando ele afirma que “houve intervenção direta da Governadora no resultado” e abre um espaço significativo para as críticas das ONGs ambientais que integram o conselho. Possui abordagem sistêmica, pois além de informar com detalhes o que se passou dentro da câmara de votação, também deu destaques aos movimentos sociais e estudantis que organizaram protestos do lado de fora do prédio. A função política e a informativa estão presentes do início ao fim do texto. Quanto a pedagógica é pouco contemplada até mesmo pela natureza do texto que exigia poucas explanações de conceitos e termos.

A oitava e última matéria analisada é do dia 11 de Abril de 2008 e traz o título “Conselheiro diz que foi impedido de comparecer às reuniões do CONSEMA que aprovaram o ZAS”. O grande destaque deste texto está nos critérios da abordagem sistêmica e da pluralidade de fontes. O jornalista faz uma investigação e procura variadas fontes para trazer à tona os procedimentos internos da SEMA e da FEPAM que favorecem a aprovação do ZAS que contemplava os interesses das empresas de celulose. Outro critério bastante explorado foi o pedagógico em que são dados detalhes técnicos do ZAS esmiuçando informações técnicas da Biologia e da Ecologia, como também da Economia. É atual do ponto de vista das declarações do Conselheiro que se disse impedido de ir até a reunião. Plural pois traz além dos posicionamentos de dentro do Governo, também busca informações no Ministério Público, consulta as empresas e os grupos ambientalistas. O posicionamento do repórter aparece novamente através da seleção de declarações apresentadas que fazem duras críticas a todo o contexto da votação, às empresas de celulose e ao Governo da mesma forma.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto a civilização aperfeiçoou nossas casas, não aperfeiçoou igualmente os homens que as habitam. Criou palácios, mas não é tão fácil criar nobres e reis. E se os objetivos do homem civilizado não são mais dignos que os do selvagem, se emprega a maior parte da sua vida apenas para obter necessidades grosseiras e confortos, por que teria uma vida melhor que a do primeiro? [...] O luxo de uma classe é contrabalançado pela indigência de outra. (Thoreau, 1854, p. 59-60)

Todo o jornalista ambiental, na sua casa, no seu trabalho, ao andar pelas ruas, ao conversar com as pessoas, ao escrever seus textos ou mesmo quando estiver observando o mundo, poderia inspirar-se na vida de um “selvagem” de Thoreau para jamais permitir que os valores econômicos e materialistas envenenem suas mentes.

Este estudo iniciou tratando da consciência ecológica, buscou mostrar que o momento que vivemos enquanto civilização exige uma mudança profunda nos nossos padrões de conduta e nos modelos de desenvolvimento atuais. Em síntese, existem dois modelos: um que é predatório, excludente, enriquece a minoria e empobrece a maioria e ainda deixa de herança para as próximas gerações uma Terra devastada; o outro, que é sustentável, que inclui as pessoas, que distribui melhor as riquezas e que preserva a natureza e vive em harmonia com ela. Para que as pessoas possam escolher entre um modelo ou outro, é fundamental que as informações cheguem com clareza para elas. Cabe então ao jornalista tomar para si esta responsabilidade e ofertar ao mundo essas informações. Entretanto, isto não é suficiente. Não basta ter informações, é preciso tomar decisões para que haja mudanças efetivas. Decisões são movidas por valores. Se forem valores individualistas e interesseiros obtém-se um tipo de cidadão. A solidariedade e o coletivismo são valores que formam outro tipo de cidadão bem diferente do primeiro. Portanto, não basta que sejam transmitidas informações cruas, é necessário que estas estejam agregadas a valores condizentes com aquele modelo de desenvolvimento que se pretende fazer perpetuar. O modelo da sustentabilidade na perspectiva ecossocial não ameaça a vida no Planeta. Os valores necessários para que se construa este modelo estão inseridos na educação ambiental. É com base nos princípios da educação ambiental que o jornalista deve agregar valor às suas informações. Jornalismo ambiental é isso então, levar informações associadas a valores socioambientais para que as pessoas possam tomar decisões em suas vidas

sem agredir o meio ambiente. Dar o lado ambiental dos fatos, não garante a proteção da natureza, mas do contrário, aqueles que desconsideram o que foi informado não poderão se defender pela ignorância da realidade.

Considerando esta forma de fazer jornalismo, calcada sobre os valores da educação ambiental, é importante que o jornalista não se exima de suas responsabilidades como profissional de comunicação. Investigar, checar a veracidade das informações, buscar a pluralidade de fontes, tratar da informação da maneira mais clara e pedagógica possível facilitando a leitura do público, fomentar o debate, e evitar a ilusão do jornalismo imparcial. Para além da tarefa de apenas levar informações à sociedade, ao jornalista ambiental são exigidos outros cuidados com a notícia visto que neste caso aquele que fala é munido de uma consciência ecologia já desperta. Jornalista ambiental tem de ser militante do meio ambiente, lutar pela sua defesa e preservação. Não pode ser complacente e tampouco acomodado ao perceber que existe algo que ameace a integridade dos recursos naturais.

Pode-se observar nesta pesquisa que trabalhar com jornalismo ambiental e atuar em defesa da natureza não é uma tarefa simples. As pautas ambientais ainda não reconhecidas pela relevância que possuem em si mesmas. Costumam ganhar visibilidade quando aquilo que antes era uma só pauta ambiental transforma-se em um problema público, um prejuízo econômico ou ameaça os interesses dos Governos. As pautas ambientais costumam ter um espaço reduzido nos grandes jornais, exceto em casos de desastres ambientais. Mas é possível notar algumas mudanças, embora a informação ainda precise ser mais qualificada. Enquanto a grande mídia ainda não cumpre cem por cento seu papel, veículos alternativos vão preenchendo as lacunas existentes. É o caso da EcoAgência, objeto deste trabalho de conclusão de curso.

Deste estudo é possível concluir que a EcoAgência, embora ainda muito precarizada em termos de recursos materiais, já consolidou a credibilidade do seu trabalho no campo do jornalismo ambiental. Por manter a frente de suas atuações os princípios da consciência ambiental, esta mídia independente encontra maiores dificuldades de estabelecer relações com apoiadores que poderiam a elevar a uma condição estrutural mais consistente. A opção escolhida é perseverar com uma

atuação de menor amplitude, mas que preserve a liberdade da linha editorial da agência. Tal condição foi constatada pela análise da cobertura realizada pelo repórter da EcoAgência, onde foi possível perceber a presença constante de premissas ecológicas e de uma visão sistêmica no conteúdo das matérias.

Além disso, esta pesquisa encontrou correspondência entre a teoria e a prática do jornalismo ambiental da EcoAgência. Os dois entrevistados apresentam visões convergentes sobre a EcoAgência, embora Juarez Tosi tenha abordado com uma perspectiva panorâmica sob o viés histórico, enquanto que Ulisses Nenê foi conduzido a concentrar o foco em um ponto bastante específico. Em ambos os casos foram encontrados elementos comuns sobre a concepção de jornalismo ambiental e de qual postura este deve adotar frente aos desafios da preservação do meio ambiente. Foi também averiguado por este estudo a intrínseca relação entre os conceitos de consciência ecológica e de jornalismo ambiental, em que aquele cumpre função vital para existência e aplicação deste no mundo. No fazer jornalístico, se observado este princípio, haverá efeitos imediatos na qualidade da cobertura de pautas ambientais.

Neste sentido, o presente estudo aponta para o diferencial de uma conduta jornalística que possui como objetivo central os aspectos ambientais dos fatos. Manter-se alinhado aos compromissos de um jornalismo plural e verdadeiro, e atuar como agente da conservação ambiental é o que possibilita a construção de agências notícias ambientais como Ecoagência.

REFERÊNCIAS

- BINKOWSKI, Patrícia. **Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- BLOOM, B. et al. **Taxionomia de Objetivos Educacionais.** Trad. de Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre: Globo, 1974
- BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata; MARTINO, Luiz Claudio (Orgs.) **Pesquisa Empírica em Comunicação**, São Paulo: Paulus/COMPÓS, 2010.
- CAPRA, F. **Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21.** In: TRIGUEIRO, André Coord. **Meio ambiente no século 21.** 4.ed. São Paulo: Armazem do Ipê, 2005. p. 19-33.
- CELLARD, A. **A análise documental.** In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CENTENO, Ayrton. **Roessler: O primeiro ecopolítico.** Porto Alegre: Já Editores, 2006.
- CHALMERS, A. F. **O que é Ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CONSELHO DE INFORMAÇÃO SOBRE BIOTECNOLOGIA – CBI. **Guia do Eucalipto:** oportunidade para um desenvolvimento sustentável. 2008. Disponível em: < http://www.cib.org.br/pdf/Guia_do_Eucalipto_junho_2008.pdf>.
- CORRÊA, Augusto Ormazabal de Faria. **Percepções dos principais atores envolvidos no zoneamento ambiental na silvicultura do Rio Grande do Sul:** uma perspectiva jurídico-institucional. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Programa da Pós-Graduação em Agronegócios. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). **Metodos e técnicas de pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Atlas, 2006.p.62-76
- FREITAS, Ademar Vargas de. Eucalipto vai invadir o Pampa. **Jornal da Universidade.** p.8-9.Ano IX, n.96, mar/07. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges (org.) . **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões.** Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.
- GONÇALVES-DIAS, S. F. L; ET AL. **A inserção da temática ambiental em cursos de administração:** uma tipologia para (re)pensar a formação de administradores. In: Encontro da ANPAD, 30, 2006, Salvador-BA, **Anais...**, Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, set. 2006. p 1-16;

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEWINSOHN, Thomas Michael. **A evolução do conceito de biodiversidade**. 2001.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. **A percepção ambiental no discurso jornalístico da Revista Sustentá!**. Revista Culturas Midiáticas, v. 2, p. 1-10, 2009. Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/ppgc/smartgc/uploads/arquivos/c4d8d133a720100404091415.pdf> >

MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**. 5.ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MORIGI, V. J. (Org.); GIRARDI, Ilza Maria Tourinho (Org.); ALMEIDA, Cristovão Domingos de (Org.). **Comunicação, Informação E Cidadania: Refletindo Práticas e Contextos**. Porto Alegre-RS: Sulina, 2011

NELSON, Peter. **10 Dicas Práticas para Reportagem sobre o Meio ambiente**. WWFBrazil, 1994.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

ROSSETTI, R. **A ruptura epistemológica com o empirismo ingênuo e inovação na pesquisa empírica em comunicação**. In: BRAGA, J.L; LOPES, M.I.V; MARTINO, L.C.. (Org.). Pesquisa empírica em comunicação Livro Compós 2010. São Paulo: Paulus, 2010, v. , p. 72-86.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2003.

THUSWOHL, Maurício. A Insustentável Produtividade da Celulose. In: SÉRGIO, Frei (org.). **Dossiê Deserto Verde: O latifúndio do eucalipto**. 2006. Disponível em: http://www.natbrasil.org.br/Docs/Monoculturas/dossie_deserto_verde.pdf.

TRIGUEIRO, André (org). **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

WALDMAN, M. 2003. **Natureza e sociedade como espaço de cidadania**. In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.) História da Cidadania. São Paulo: Contexto.

ZILLER, Sílvia Renata. **Os processos de degradação ambiental originados por plantas exóticas invasoras**. Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental, 2008.

ANEXO A - ROTEIRO BASE PARA AS ENTREVISTAS

Questões de referência para a entrevista com Juarez Tosi:

1. Como foi o processo de criação do Nucleo de Ecojornalistas?
2. Como nasceu a EcoAgência?
3. Qual a visão de jornalismo que a EcoAgência adota?
4. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela agência hoje?
5. Já houve interferência no conteúdo da EcoAgência por parte dos patrocinadores?
6. Qual a sua percepção sobre a criação de um financiamento público para as mídias socioambientais?
7. Como funciona a EcoAgência hoje?
8. Quais poderiam ser considerados os momentos mais significativos da trajetória da EcoAgência?
9. Quais são os outros trabalhos desenvolvidos pelo NEJ/RS?
10. Sobre o evento da invasão do site em 2008, como foi?
11. Quais são hoje os projetos e as perspectivas para o futuro da EcoAgência?

Questões de referência para a entrevista com Ulisses Nenê:

1. Como foi realizar a cobertura das reuniões do CONSEMA?
2. Como era a questão tempo/produção?
3. Como era sua preparação para as reportagens?
4. Qual era o seu referencial de jornalismo na condução da cobertura?

5. Quais matérias suas você destacaria?
6. Que diferenças entre a sua cobertura e as dos outros veículos você aponta como mais significativas?
7. Como era o acesso as fontes e documentos?
8. Como foi continuar a cobertura após o início dos ataques ao *site* da EcoAgência?
9. Como você percebia a participação do Governo nas decisões do Conselho?
10. Quais conseqüências poderiam ser apontadas como resultado da cobertura?

ANEXO B - MATÉRIAS ANALISADAS NO CAPÍTULO 6

Legislação Ambiental

Quinta-feira, 03 de Abril de 2008

Zoneamento da Silvicultura será apreciado hoje pelo Consema

Aguardada com muita expectativa, a reunião extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) de hoje (04/04), foi convocada para apreciar a proposta de zoneamento para a silvicultura dos técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). Ela é aberta ao público e começa às 14 horas, no auditório do prédio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), na Rua Carlos Chagas, 55, no Centro, em Porto Alegre.

Por EcoAgência

O plenário do Consema, presidido pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente, Carlos Otaviano Brenner de Moraes, vai deliberar sobre a proposta original do zoneamento da silvicultura e as alterações sugeridas pelas Câmaras Técnicas de Biodiversidade e Política Florestal e de Assuntos Jurídicos. As conclusões dos técnicos têm o apoio dos ambientalistas, mas sofreu enormes restrições das empresas de papel e celulose, que têm grandes projetos de silvicultura para o Estado, principalmente Stora Enso, Votorantim Celulose e Celulose e Aracruz Celulose.

A expectativa é de uma reunião tensa e de muitas cobranças, principalmente pelos ambientalistas, que reclamam da convocação com apenas três dias de

antecedência. Por isso, alguns dos seus representantes não poderão comparecer, como Lúcia Ortiz, do Núcleo Amigos da Terra/Brasil, que se encontra nos Estados Unidos. Um pedido de adiamento encaminhado por essa ONG e a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) não foi aceito pela Sema.

O Consema é o órgão superior do Sistema Estadual de Proteção Ambiental. Tem caráter deliberativo e normativo e é o responsável pela aprovação e acompanhamento da implementação da Política Estadual do Meio Ambiente. Seus membros são representantes da sociedade civil, governo, organizações não-governamentais, federações de trabalhadores, empresas, produtores rurais e universidades.

Unidades de Paisagem Natural
No zoneamento da Fepam, órgão da Sema, o Estado foi dividido em 45 Unidades de Paisagem Natural (UPNs). Elas são áreas geográficas de características físicas totalmente homogêneas, como o relevo e a vegetação, onde a resposta do ambiente ao plantio de eucalipto é idêntica em toda a sua extensão, ficando mais fácil a avaliação dos seus impactos. Mas os críticos, empresas e aliados no governo, preferem um zoneamento por bacias hidrográficas que, ao contrário, têm características físicas muito heterogêneas.

As UPNs receberam a classificação de Alta, Média ou Baixa Restrição para a silvicultura. A área de Alta Restrição, por esse zoneamento, corresponde a 25% do território do Estado e compreende 17 das UPNs. Somente de 0,2% a 2% de cada propriedade nessas áreas poderiam ser ocupados com silvicultura.

A Área de Média restrição também soma 25% do território gaúcho, em 16 das 45 UPNs, onde 25% a 50% de cada propriedade podem ser ocupados com o plantio de eucalipto ou pinus (conforme as condições específicas de cada gleba). Já a área de Baixa Restrição significa 50% do RS, em 12 UPNs, onde 50% das terras das propriedades podem ter silvicultura.

Se estas e outras conclusões vão continuar valendo ou não, só se saberá amanhã, na reunião. O fato é que a governadora Yeda Crusius ficou muito insatisfeita com o zoneamento apresentado, resultando numa crise e a destituição da então secretária do Meio Ambiente, Vera Callegaro, assumindo Carlos Otaviano Breno de Moraes no seu lugar. Também houve a troca do presidente da Fepam, Irineu Schneider, substituído por Ana Maria Pellini.

Com essas e outras medidas, Sema e Fepam foram "enquadradas", em 2007, para tocar adiante os projetos de silvicultura. Além disso, o governo e entidades empresariais têm maioria no conselho que se reúne amanhã. Veja abaixo.

REPRESENTANTES NO CONSEMA - CONSELHEIRO (A) E SUPLENTE

1-SEMA - SECRETÁRIO CARLOS OTAVIANO BRENNER DE MORAES	11-SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA - PÉRICLES BRASIL ÁLVARES - PAULO ROBERTO DA ROSA DUARTE	21-FIERGS - CLÓVIS ZIMMER - SIDNEY BRUSCHI
2-SECRETARIA DA SAÚDE	12- INGÁ	22- FARSUL

- OSMAR TERRA - FRANCISCO PAZ - LAURA LONDERO CRUZ	- VICENTE RAHN MEDAGLIA - PAULO BRACK	- FRANCISCO LINEU SCHARDONG - IVO LESSA SILVEIRA FILHO
3-SEC. DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - JOÃO CARLOS FAGUNDES MACHADO - LUIZ AUGUSTO PETRY - TOMÁZ AUGUSTO SCHUCH	13- AGAPAN - FLÁVIO LEWGOY - FÁBIO BUENO	23- SOCIEDADE DE ENGENHARIA DO RS - LUIZ ANTÔNIO B. GERMANO DA SILVA - FERNANDO HARTMANN
4- SEC. DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÃO - DANIEL DE MORAES ANDRADE - ADALBERTO SILVEIRA NETO - EDMUNDO FERNANDES DA SILVA	14 – MIRA – SERRA - LISIANE BECKER - KARIN POTER	24- FAMURS - VALTE MIR GOLDMEIER - BEATRIZ KRAINOVIC
5-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - MARIZA ABREU - FARAILDES AUTA DE AVILA	15- AMIGOS DA FLORESTA - MANOEL FRANCISCO MOREIRA - LEONEL FREITAS MENEZES	25- IBAMA - FERNANDO DA COSTA MARQUES - MARCELO MADEIRA
6-SECRETARIA DA CULTURA - MÔNICA LEAL - JULIANA ERPEN - MARCELO ZASLAVSKI	16- AMIGOS DA TERRA - LÚCIA SCHILD ORTIZ - CLARISSA TROIS ABREU	26- CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DO ESTADO - CARLOS TERMIGNONI - ARTHUR GERMANO FETT NETO
7- SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - PAULO RENATO DOS SANTOS SOUZA - ALOÍSIO SIRAGELI BRAUN	17- INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA PÚBLICA - MARIA TERESA RAYA RODRIGUEZ - CATARINA DA SILVA PEDROZO	27- COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - MAURÍCIO COLOMBO - SEBASTIÃO TEIXEIRA CORREA
8-SEDAI -NELSON PROENÇA -JOSUÉ DE SOUZA BARBOSA - DOADI ANTÔNIO BRENA	18- INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA PRIVADA - EDUARDO ALÉXIS LOBO ALCAYAGA - ELIZABETE MARIA ZANIN	28- FZB – Corpo Técnico - MARCELO MAISONETE DUARTE - LUIZ CARLOS DA SILVA
9-SEC. DE OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO - COFFY RODRIGUES - ROSI GUEDES BERNARDES	19- SINDIÁGUA - ELOISA RODRIGUES QUINES - VERA LUCIA CASTRO ALVES	29- FEPAM - ANA MARIA PELLINI - MARIA ELISA DOS SANTOS ROSA
10-SEC. DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO - ARIOSTO CULAU - JOSUÉ VIEIRA DA COSTA	20- FETAG - ADILSON CARLOS METZ - PAULINO OLIVO DONATTI	

(EcoAgência, 03/04/2008) Texto publicado em http://www.ambienteja.info/2008/ver_cliente.asp?id=120315. Resgate visando recomposição do arquivo da EcoAgência.

EcoAgência > Notícia

Legislação Ambiental

Sexta-feira, 04 de Abril de 2008

Restrições ao eucalipto são retiradas da proposta de zoneamento da silvicultura no RS

Não houve nem discussão e nem votação na reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), realizada sexta-feira à tarde, em Porto Alegre. Ela foi convocada por edital com o objetivo de apreciar e votar a proposta de Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS) elaborada pelos técnicos da Fepam, com as alterações sugeridas pelas Câmaras Técnicas do Consema: CT de Biodiversidade e Política Florestal, CT de Agroindústria e Agropecuária, e CT de Assuntos Jurídicos.

Por EcoAgência

No entanto, o representante da Associação Gáucha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), conselheiro Flávio Lewgoy, um veterano das lutas ambientais, pediu vistas do que seria votado, com base no regimento do conselho. Ele e os demais representantes das ONGs ambientalistas, em minoria no órgão, reclamam que a convocação ocorreu com apenas três dias de antecedência e as sugestões das Câmaras Técnicas não chegaram todas às suas mãos a tempo de serem examinadas.

Demonstrando uma certa irritação, o presidente do conselho e secretário do Meio Ambiente, Carlos Otaviano Brenner de Moraes, acatou a solicitação. Mas ressaltou que não aceitará novos pedidos de vistas, ficando convocada nova reunião para a próxima quarta-feira, para votação, sem mais adiamentos, advertiu. “O governo poderia ter aprovado o zoneamento a hora que quisesse, mas temos procurado, acima de tudo, prestigiar a autoridade desse conselho”, afirmou. Em seguida, se retirou rapidamente do auditório da Sema para seu gabinete.

Assim, a reunião serviu para apresentação pública das mudanças sugeridas ao zoneamento pelas Câmaras Técnicas. Pouco antes, Agapan, Amigos da Terra e Ingá, divulgaram uma carta aberta dirigida ao secretário (v. íntegra ao final). As ONGs apelam, basicamente, para que sejam mantidas as limitações ao plantio de florestas exóticas (pinus e eucalipto) no ZAS, que haviam sido acordadas por consenso nas reuniões da Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal.

Postura Autoritária

Para surpresa geral, afirmam, na última reunião dessa Câmara, dia 18 de março, apareceu a presidenta da Fepam (Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente), Ana Pellini, para promover uma espécie de intervenção na Câmara Técnica. Ela se apresentou no lugar do conselheiro que vinha representando a Fepam e, junto com representantes dos setores empresariais, retirou do documento todas as principais restrições ao plantio de eucalipto e pinus que consensualmente tinham sido aprovadas.

“Com o agravante de que a presidenta da Fepam, a qual nunca havia participado antes desta Câmara Técnica, votou no lugar do representante da Fepam na CT, sem ter sido designada para tal representação. Com mais esta postura autoritária e permissiva, comprometem-se os principais fundamentos do zoneamento elaborado

pelos próprios técnicos da Sema. Este comprometimento significa a eliminação de qualquer restrição para os plantios silviculturais em seu território”, diz a carta.

Segundo o representante do Ingá, biólogo Paulo Brack, doutor em ecologia e recursos naturais e professor da Ufrgs, foram retirados os elementos mais importantes do zoneamento: 1) os percentuais possíveis de se plantar em cada Unidade de Paisagem Natural (UPN); 2) a limitação do tamanho dos maciços de eucalipto e pinus; e 3) a definição do distanciamento entre estes maciços. “Esses aspectos são fundamentais, sem esses elementos o zoneamento não terá eficácia nenhuma, voltamos à estaca zero”, afirma Brack.

Leia mais:

Porto Alegre, 04 de abril de 2008

Exmo. Sr. Presidente do CONSEMA

Dr. Carlos Otaviano Brenner de Moraes e Colegas Conselheiros:

Porque defendemos o Zoneamento Ambiental da Silvicultura

Quando ainda nenhum outro Estado do Brasil conhecia uma proposta concreta de zoneamento ambiental referente à atividade de silvicultura, o Estado do Rio Grande do Sul, mostrando-se mais uma vez pioneiro nas questões ambientais, iniciou o estudo de zoneamento para reger esta atividade. Assim, o Zoneamento Ambiental para Atividade de Silvicultura no Rio Grande do Sul (ZAS) foi executado por determinação da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul (SEMA) (Portaria no 048/2004), com apoio de técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB-RS) e do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP). O zoneamento também é previsto pelo Código Estadual do Meio Ambiente (Lei 11.520/2000), tendo sido aprovado pela Resolução no 084/2004 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA).

Tal processo deveria ser motivo de orgulho para os gaúchos. Entretanto, vários percalços atingiram o zoneamento desde 2007, quando um Grupo de Trabalho criado pelo Governo do Estado foi nomeado, representando somente os interessados nos empreendimentos, tendo como incumbência, infelizmente, desacreditar o trabalho sério, inédito e bastante abrangente dos técnicos responsáveis por sua realização.

A partir do segundo semestre de 2007, com a posse do sexto secretário de Meio Ambiente nos últimos cinco anos e com a criação de uma Força Tarefa com o objetivo de “destravar os licenciamentos”, e com audiências públicas claramente direcionadas, no nosso entender, o ZAS foi sendo sepultado. Mesmo assim, foi encaminhado para Câmaras Técnicas, porém sem data e cronograma a serem cumpridos. O descompromisso com a necessária discussão técnica era tão evidente que as ONGs se retiraram em bloco da Câmara Técnica de Agroindústria e Agropecuária, em 2007, pela mais absoluta falta de possibilidade de espaço para se discutirem as principais questões do ZAS.

Entretanto, iniciativas do Ministério Público Federal e ações na Justiça no âmbito Federal, denunciando irregularidades no licenciamento, fizeram com que o Governo do Estado e presidências de algumas Câmaras Técnicas tivessem de dispensar mais atenção para a questão do Zoneamento, fazendo a SEMA mudar a sua estratégia, agilizando o seu encaminhamento, principalmente no âmbito da Câmara Técnica (CT) de Biodiversidade e Florestas. Assim, nesta CT, houve um processo de discussão técnica construtiva entre os representantes de vários setores. Muitos parâmetros postos no ZAS foram questionados, alguns retirados e outros aperfeiçoados, consensualmente, sendo que os técnicos da FEPAM e da FZB e os ambientalistas, representantes na CT, abriram mão de muitas questões. Foi construído, assim, um diálogo necessário e inédito entre os diferentes componentes da CT até o início do mês de março de 2008.

Paradoxalmente, na última reunião desta Câmara, dia 18 de março de 2008, a Presidenta da FEPAM e setores representantes do setor empresarial, alegando estudos insuficientes para a finalização do ZAS, retiraram as principais restrições acordadas anteriormente. Houve votação, quebrando a tradição de consensos, com a agravante de que a Presidenta da FEPAM, a qual nunca havia participado antes desta CT, votou no lugar do representante da FEPAM na CT, sem ter sido designada oficialmente para tal representação.

Com mais esta postura autoritária e permissiva comprometem-se os principais fundamentos do Zoneamento elaborado pelos próprios técnicos da SEMA. Este comprometimento significa a eliminação de qualquer restrição para os plantios silviculturais em seu território, ou seja, a extinção dos índices de vulnerabilidade e de restrição para as unidades de paisagem, bem como a desconsideração da relevância de que sejam mantidos limites claros quanto ao tamanho dos maciços e seus espaçamentos.

Com isso, voltamos à "estaca zero", onde os empreendimentos poderiam manter enormes maciços contínuos, desprezando-se os limites de percentuais já consolidados no documento do ZAS, relacionados às vulnerabilidades das unidades de paisagem.

Deste modo, a Presidência da FEPAM, com a concordância do setor empresarial e outros, decidiu, mais uma vez, postergar o estabelecimento das bases para o licenciamento dos grandes empreendimentos silviculturais no Estado. Apesar disso, não houve comprometimento do órgão em sustar o licenciamento dos plantios a partir deste momento. Assim fazendo, não estaria o Governo do Estado do Rio Grande do Sul abrindo mão de sua responsabilidade na preservação e conservação ambiental contempladas nas Constituições Estadual e Federal?

As entidades ambientalistas que fazem parte do CONSEMA não abdicam do princípio da precaução e da conservação da biodiversidade, esta já tão combatida no Estado. Neste sentido, apóiam as propostas contidas no ZAS, elaboradas por técnicos da SEMA, de reconhecida experiência nacional na conservação e na gestão ambiental, considerando, também, que as mesmas poderiam ser aperfeiçoadas. Ademais, rechaçam o atropelo desta reunião extraordinária do CONSEMA, convocada a menos de três dias, para um dos assuntos da mais alta importância que constou na pauta deste Conselho nos últimos anos.

A vigorar a ausência do estabelecimento de limites, o ZAS torna-se um instrumento completamente descaracterizado, perdendo sua essência e não tendo mais nenhuma eficácia.

Impõem-se, então, a revisão da postura de licenciar sem o Zoneamento, o que se configuraria em um grande retrocesso para o fortalecimento da gestão ambiental estadual, ônus a ser suportado pelo atual Governo do Estado. Ademais, o resultado poderia significar a completa e final deslegitimação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e do CONSEMA junto à opinião pública gaúcha.

Apelamos, assim, ao bom senso deste Conselho para ter a sensibilidade de reverter o processo denunciado. Formalmente, encaminhamos pedido neste sentido, a ser deliberado por este Conselho.

Atenciosamente,

Paulo Brack - Conselheiro do CONSEMA pelo INGÁ – Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais
Flavio Lewgoy – Conselheiro do CONSEMA pela AGAPAN

Elisângela Soldatelli Paim – Membro do Conselho Diretor do Amigos da Terra – NAT/Brasil e Suplente na Câmara Técnica de Biodiversidade e Florestas

(EcoAgência, 04/04/2008)

Texto publicado em http://www.ambienteja.info/2008/ver_cliente.asp?id=120365.
Resgate visando recomposição do arquivo da EcoAgência.

EcoAgência > Notícia

Legislação Ambiental

Terça-feira, 08 de Abril de 2008

Zoneamento Ambiental da Silvicultura será votado hoje no Consema/RS

A menos que uma reviravolta aconteça, deve ser aprovada hoje a proposta de Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS), em reunião extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). O texto em questão apresenta as mudanças introduzidas pelas câmaras técnicas do órgão na proposta original elaborada pelos técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), que desagradaram enormemente as ONGs. A reunião para votação é aberta ao público e começa às 14h, no auditório da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), na rua Carlos Chagas, 55, centro da capital.

Por EcoAgência

Três pontos, basicamente, dividem as opiniões dos representantes do governo do Estado, empresas, ONGs ambientalistas e técnicos do órgão ambiental: 1) a definição de percentuais das Unidades de Paisagem Natural (divisões do território gaúcho para fins do zoneamento, no mapa) que poderão ser ocupadas com os plantios de pinus e eucalipto; 2) o tamanho máximo dos maciços de pinus e eucalipto (formações compactas de árvores plantadas) em cada região; 3) e a distância permitida entre os maciços.

Pela proposta original dos técnicos da Fepam, seriam levadas em consideração as condições de hidrologia, relevo, vegetação, fauna e outros critérios que estabeleceram regiões de alta, média ou baixa restrição à silvicultura. ONGs e – pelo que se ouve - a maioria absoluta dos técnicos do órgão ambiental envolvidos com o ZAS defendem a permanência destes itens, com os percentuais já fixados e a definição de tamanhos e distâncias. “Esses aspectos são fundamentais, sem esses elementos o zoneamento não terá eficácia nenhuma, voltamos à estaca zero”, afirma o biólogo e conselheiro no Consema Paulo Brack, da ONG Ingá. Mas, conforme a proposta do Secretário do Meio Ambiente, Otaviano de Moraes, e a diretora presidente da Fepam, Ana Pellini, isto não deve ser fixado no ZAS. Só será ajustado posteriormente, no decorrer dos exames dos licenciamentos para os empreendimentos da silvicultura.

Pedido de Vistas

A votação foi transferida da última sexta-feira, dia 04/04, para amanhã porque o representante da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Flávio Lewgoy, solicitou vistas da proposta apresentada, em função das modificações no texto original.

“Infelizmente o tempo que nos deram foi curto para o que precisamos analisar, mas não vamos desistir nunca, vamos fazer tudo o que for possível para sustar essa proposta”, diz Lewgoy. Químico, geneticista, ex-professor titular do Departamento de Genética da Ufrgs, um dos mais antigos ambientalistas militantes em atividade no Estado, Lewgoy critica as mudanças promovidas pela direção da Fepam e Sema: “As alterações são de uma magnitude incrível, em cima de uma proposta que foi elaborada durante quatro anos pelos melhores especialistas que existem nessa área”.

“A direção da Sema, o secretário Otaviano e a presidente Ana Pellini, descaracterizaram completamente o ZAS, que era um instrumento técnico de gestão. O que eles estão apresentando não é um zoneamento ambiental, é um zoneamento empresarial, pois não fixa critérios e nem regras para o licenciamento ambiental”, afirma o presidente da Associação dos Servidores da Fepam e diretor do Semapi (o sindicato da categoria), Antenor Pacheco. Segundo ele, o órgão deixou de fazer gestão ambiental, “com o governo Yeda (Crusius) virou um cartório ambiental, para viabilizar os investimentos do capital financeiro, das papeleiras e de outros empreendimentos”.

Novos Estudos

A diretora-presidente, contudo, diz que a aprovação amanhã é importante para que os licenciamentos para a silvicultura passem a acontecer com critérios mais definidos. Esta será uma primeira versão do zoneamento, não é ainda o encerramento das discussões sobre o tema, garantiu. Já pensando no aprimoramento do ZAS, segundo Ana Pellini, estão sendo feitas tratativas para a vinda de especialistas de outros países para novos estudos das Unidades de Paisagem Natural (UPNs), suas fragilidades e a possibilidade de implantação de florestas, “a partir de estudos científicos, com critérios mais sustentáveis”.

O estudo que ela chama de preliminar, apresentado pela Fepam na gestão da direção anterior, “tinha defeitos evidentes”, diz Pellini. Ela lembra que no próximo dia 11 completa-se um ano que o assunto está em debate no conselho “e isso não pode ficar pendente para sempre, a espera até agora é até excessiva”. Além disso, completou, a maioria das mudanças propostas passaram por unanimidade nas Câmaras Técnicas do Consema. A versão final a ser votada amanhã, para a diretora-presidente, representa uma proposta intermediária, a que foi possível, entre os interesses das ONGs e das empresas de silvicultura.

EcoAgência, 08/04/2008)

EcoAgência > Notícia

Política Ambiental

Terça-feira, 08 de Abril de 2008

"Pressionei, sim"

Diretora-presidenta da Fepam, Ana Pellini, admite que pressionou os servidores do órgão para acelerar os licenciamentos das madeiras e a tramitação do ZAS.

Por Ulisses Nenê

Porto Alegre, RS – Nos dias mais importantes dos últimos anos na Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e na Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente (Fepam), quando se decide o destino do Zonamento Ambiental da Silvicultura (ZAS), está quase impossível falar com quem mais entende do assunto: os técnicos e assessores que trabalharam nos levantamentos e elaboração do documento. Falamos com pelo menos 12 deles, entre ontem e hoje, todos e todas estão quase à beira de um ataque de nervos.

A origem de tal estado, afirmam – quase sempre com a condição de não se publicar seus nomes -, estaria nas pressões que vêm sofrendo da presidenta da Fepam, Ana Pellini, e o medo de retaliações. Ela vem fazendo de tudo, dizem, para que não haja qualquer restrição à implantação dos megaprojetos de pinus e eucalipto na Metade Sul do Rio Grande, embora haja grandes resistências entre os quadros técnicos da fundação. Para impor sua vontade, relatam, ela estaria pressionando e punindo servidores.

No final da tarde de hoje (08/04), em entrevista à EcoAgência por telefone, ela confirmou que pressionou pela aceleração dos licenciamentos das papelarias e para a aprovação do ZAS. “Realmente pressionei, sim, porque chegou um momento em que eu disse que esse zoneamento tinha que desencruar”, declarou, sem rodeios. Segundo ela, “as coisas precisam ter um timing para se resolver e apresentar soluções”. Acrescentou que os licenciamentos e a tramitação do ZAS vinham “demorando exageradamente”.

Porém, negou que tenha efetuado perseguições pessoais ou punido alguém: “Não há espaço para represálias no serviço público, as pessoas continuam trabalhando no mesmo setor, sem redução salarial”, afirmou. Houve apenas, segundo ela, a transferência de alguns funcionários “por razões administrativas”, emendou, conforme os princípios da impessoalidade no serviço público: “Só fiz agilizar procedimentos internos, sem prejuízo ao meio ambiente.”

EcoAgência > Notícia

Legislação Ambiental

Terça-feira, 08 de Abril de 2008

Presidenta da Fepam admite que pressinou pela aceleração dos licenciamentos das papelarias

Nos dias mais importantes dos últimos anos na Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e na Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente (Fepam), quando se decide o destino do Zonamento Ambiental da Silvicultura (ZAS), está quase impossível falar com quem mais entende do assunto: os técnicos e assessores que trabalharam nos levantamentos e elaboração do documento. Falamos com pelo menos 12 deles, entre ontem e hoje, todos e todas estão quase à beira de um ataque de nervos.

Por Ulisses A. Nenê

Nos dias mais importantes dos últimos anos na Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e na Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente (Fepam), quando se decide o destino do Zonamento Ambiental da Silvicultura (ZAS), está quase impossível falar com quem mais entende do assunto: os técnicos e assessores que trabalharam nos levantamentos e elaboração do documento. Falamos com pelo menos 12 deles, entre ontem e hoje, todos e todas estão quase à beira de um ataque de nervos.

A origem de tal estado, afirmam – quase sempre com a condição de não se publicar seus nomes -, estaria nas pressões que vêm sofrendo da presidenta da Fepam, Ana Pellini, e o medo de retaliações. Ela vem fazendo de tudo, dizem, para que não haja

qualquer restrição à implantação dos megaprojetos de pinus e eucalipto na Metade Sul do Rio Grande, embora haja grandes resistências entre os quadros técnicos da fundação. Para impor sua vontade, relatam, ela estaria pressionando e punindo servidores.

No final da tarde de hoje (08/04), em entrevista à EcoAgência por telefone, ela confirmou que pressionou pela aceleração dos licenciamentos das papelarias e para a aprovação do ZAS. “Realmente pressionei, sim, porque chegou um momento em que eu disse que esse zoneamento tinha que desencruar”, declarou, sem rodeios. Segundo ela, “as coisas precisam ter um timing para se resolver e apresentar soluções”. Acrescentou que os licenciamentos e a tramitação do ZAS vinham “demorando exageradamente”.

Porém, negou que tenha efetuado perseguições pessoais ou punido alguém: “Não há espaço para represálias no serviço público, as pessoas continuam trabalhando no mesmo setor, sem redução salarial”, afirmou. Houve apenas, segundo ela, a transferência de alguns funcionários “por razões administrativas”, emendou, conforme os princípios da impessoalidade no serviço público: “Só fiz agilizar procedimentos internos, sem prejuízo ao meio ambiente”.

Falta de Comando

Algo que deixou irados os técnicos que trabalharam no zoneamento foi uma declaração dela ao jornal O Nacional, de Passo Fundo: “Internamente os problemas são imensos por falta de comando, que resultou em excesso de dependência dos técnicos e na ausência de critérios uniformes, e o não comprometimento com o atendimento adequado às demandas da sociedade”. E o trecho que provocou mais indignação: “Além disso, o quadro de pessoal, além de reduzido quanto à demanda, está envelhecido e precisa urgente de renovação”, disse Pellini, na edição do dia 25 de agosto de 2007.

Ela não nega a declaração e justifica que, “mais um pouco, todos estarão se aposentando”, em decorrência da falta de concursos públicos: “Assim como na Secretaria da Fazenda (onde ela foi servidora), o quadro de funcionários da Fepam está ficando com pessoas mais velhas”. As críticas, acredita, partem apenas do Semapi (o sindicato dos servidores das Fundações) e da associação dos funcionários da Fepam: “São críticas mais do sindicato do que das pessoas, a mim não chegam estas reclamações”.

Licenciamento da Aracruz

Uma servidora, porém, relata que três colegas foram transferidos do setor de licenciamento ambiental para o Laboratório da Fepam, de castigo. O único meteorologista da Fepam, Flávio Viezan, e as engenheiras químicas Nádia Boeira e Ieda Maria Cordeiro Osóri da Silva não aceitaram o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) que a Aracruz Celulose apresentou para ampliação da sua fábrica, em

Guaíba, e negaram o licenciamento, mês passado, por erros e insuficiência de dados.

“Agora estão lá, lavando vidrinhos no laboratório”, afirma essa colega, indignada, pedindo sigilo do nome. O presidente da Associação dos Servidores da Fepam e diretor do Semapi, Antenor Pacheco, confirma as transferências e o motivo relatado. Segundo ele, os três avaliaram o impacto das emissões da fábrica – a poluição do ar que poderia causar – e constataram que o modelo matemático-atmosférico estava errado, o estudo de dispersão dos poluentes incompleto, entre outros problemas.

“São três colegas com mais de 20 anos de Fepam, idôneos, capacitados, habilitados a defender os interesses da sociedade, e porque tiveram a responsabilidade de dizer que não havia condições de dar um parecer favorável estão sendo punidos”, afirma Pacheco.

“Nunca tivemos um clima tão pavoroso de constrangimento moral e de impedimento dos técnicos de exercer sua função pública por parte da presidência da Fepam”, acusa. Cabe lembrar que a capital e arredores já tiveram problemas imensos de poluição do ar com essa fábrica há muitos anos, quando ainda se chamava Borregaard.

Votação na Câmara

Um dos episódio mais comentados envolvendo a presidenta, que revoltou muito as ONGs e técnicos, foi uma intervenção direta dela na Câmara de Biodiversidade e Política Florestal do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). Após várias reuniões, com todos cedendo um pouco, tudo já estava encaminhado para uma proposta única para o zoneamento, de consenso, contam ambientalistas e a geógrafa Isabel Chiappeti, representante da Fepam no órgão.

No entanto, na última reunião da Câmara, dia 18 de março, Ana Pellini apareceu, pela primeira vez, e votou no lugar de Isabel. Junto com os representantes dos empresários – Farsul, Fiergs, Ageflor - e demais órgãos do governo, ela derrubou os pontos considerados mais cruciais para o zoneamento por ONGs e técnicos da Fepam: os percentuais de ocupação de cada Unidade de Paisagem Natural (UPN) com silvicultura, os tamanhos dos maciços de eucalipto e pinus e o distanciamento entre eles.

“Nunca passei por uma situação destas antes, eu me senti constrangida, eu não estava ali sozinha, faço parte de um grupo de técnicos, e o grupo todo de técnicos que vinha discutindo isso se sentiu desrespeitado”, diz a geógrafa, que é servidora há 26 anos da Fepam. A presidenta, contudo, diz que votou no lugar de Isabel porque esta se encontrava ali representando a instituição, por designação dela, Ana Pellini.

As queixas são muitas, em diversos setores, como a transferência de servidores do planejamento, que estaria sendo assim desmontado. Da mesma forma que o setor de compensação ambiental, onde uma equipe de técnicos normalmente decide como será empregado o dinheiro que as empresas pagam, a título de compensação,

nos empreendimentos de maior impacto sobre a natureza. Hoje, seriam cerca de R\$ 70 milhões, só dos projetos de silvicultura.

O fato é que amanhã o governo do Estado tem maioria na reunião extraordinária do Consema para aprovar o ZAS como a governadora quer: facilitando a implantação dos megaprojetos das papeleiras na Metade Sul. Toda essa guerra já tem uma personagem principal, a atual diretora-presidenta da Fepam, que comandou a transformação da proposta original, técnica-ambiental, num documento que espelha também - ou principalmente - grandes interesses político-econômicos.

Secretária-Adjunta da SSP

Pouco conhecida até recentemente, a força política e a capacidade de sobrevivência de Ana Pellini já impressionam. Não tem filiação partidária, sua indicação na Fepam é da cota pessoal da governadora, conta ela mesma. Mas atravessou dois governos e três secretários de Segurança como diretora-geral e secretária-adjunta da Secretaria da Segurança Pública (SSP), chegando a assumir como secretária-substituta por diversas vezes.

Primeiro com Otávio Germano (PP), na administração de Germano Rigotto (PMDB), foi diretora-geral. Na transição para o governo atual, o novo secretário de Segurança, Ênio Bacci (PDT), tentou nomear alguém do seu partido como secretária-adjunta, Silvia Schmidt, filha do líder trabalhista Matheus Schimidt. Foi uma das vezes em que trombou feio com a governadora.

Irritadíssima, Yeda publicou no Diário Oficial a confirmação de Ana Pellini no cargo de secretária-adjunta. Mais adiante Bacci caiu, abatido pelo tiroteio de intrigas típico da SSP. Mais uma vez, Pellini continuou firme no posto e recepcionou o novo secretário, Francisco Mallmann, que flanqueou até sair, há quase um ano, por designação da própria governadora para cumprir na Fepam a missão mais importante do governo naquele momento.

Desde sua campanha, Yeda garantiu que manteria as papeleiras no Estado, e Ana Pellini recebeu a incumbência de garantir isso. Está cumprindo a missão, às custas de estar sendo chamada de "interventora" do Meio Ambiente e acusada de implantar uma "ditadura militar" no órgão. Por diversas vezes o secretário Otaviano de Moraes e ela estiveram com empresários e representantes do setor, deputados, principalmente.

Já as ONGs ambientalistas, na única vez em que conseguiram marcar uma audiência com os dois, ano passado, quando chegaram no prédio da Sema/Fepam foram recebidos apenas por um funcionário de segundo ou terceiro escalão. Sairam todos furiosos. Poderão ver Pellini amanhã, comandando com o secretário a votação do ZAS na reunião do Consema. E pressionando para a aprovação, se for preciso.

(Por Ulisses A. Nenê, EcoAgência, 08/04/2008)

EcoAgência > Notícia

Legislação Ambiental

Quarta-feira, 09 de Abril de 2008

Liminar da Agapan suspende votação do ZAS no Consema/RS

Até 20h30min, os conselheiros do governo do Estado, das empresas e entidades que apoiam as papeleiras continuavam reunidos, aguardando a cassação da liminar para votarem o zoneamento ambiental da silvicultura. ONGs e Ibama se retiraram mas reunião pode prosseguir até a madrugada.

Por EcoAgência

Lanches estavam sendo providenciados no início da noite para acalmar a fome dos conselheiros representantes do governo, das entidades empresariais e outras que apoiam a implantação dos megaprojetos das papeleiras no Estado, reunidos desde as 14h de quarta-feira (09/04) no auditório da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema). Eles aguardam a cassação, se acontecer, da liminar obtida pela Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) que suspendeu a votação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS), marcada para quarta, em reunião extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema).

Quando começou a reunião, o secretário estadual do Meio Ambiente, Otaviano de Moraes, avisou que havia recebido uma ordem judicial da 5ª. Vara da Fazenda Pública, suspendendo liminarmente a reunião em função do mandado de segurança da Agapan. A entidade, com base no Regimento Interno do Consema, pediu prazo de 15 dias para examinar a proposta que está sendo apresentada, em função das modificações introduzidas no projeto original dos técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam).

Antes, numa exposição com data-show, o secretário e presidente do Consema mostrou o que, segundo ele, seriam diferenças entre pedido de vistas de documento e vista de processo. Procurador por profissão, o secretário disse a seguir que teria havido confusão nos dois conceitos quando foi concedida a liminar. Logo em seguida, colocou em votação a continuidade da reunião para debates, proposta que foi aprovada.

Na verdade, um artifício para que os conselheiros continuassem reunidos, enquanto ele saía, deixando um substituto para dirigir os trabalhos, a fim de providenciar a tentativa de cassação. Assim, ainda é possível que o ZAS seja votado ainda nesta noite, ou na madrugada, conforme a resistência dos que permaneceram no recinto e a decisão da Justiça. Após cerca de uma hora de debates tensos, às 16h, os representantes das ONGs se retiraram.

O biólogo e professor da Ufrgs Paulo Brack, da ONG Ingá, criticou a ausência dos técnicos da Fepam e Fundação Zoobotânica, que por suas entidades afirmam

estarem sendo pressionados pelas direções da Sema, Fepam e FZB. Em entrevista à EcoAgência, ontem, a diretora-presidenta da Fepam, Ana Pellini, confirmou ter pressionado servidores. “É uma vergonha o que está acontecendo”, afirmou Brack, antes de se retirar.

Uma novidade em relação à reunião anterior (04/04) foi a presença de estudantes com faixas protestando contra a implantação das florestas de pinus eucalipto na Metade Sul. “Conselheiros! Certas decisões não deve ser pautadas pelo lucro. Aja com responsabilidade. A saúde de nossas crianças está em suas mãos! Vida é BIODIVERSIDADE”, dizia uma delas.

Farsa de Democracia

O químico e geneticista Flávio Lewgoy, conselheiro da Agapan no Consema, criticou a composição do conselho, onde o governo estadual tem maioria folgada para aprovar o que quiser, como disse o secretário Otaviano Moraes na reunião passada. “O governo tem maioria automática no conselho, a composição dele desde o início foi distorcida, botaram onze representantes de secretarias e mais alguns que automaticamente votam com o governo, é uma sopa aprovarem o que quiserem”, disse
Lewgoy.

Ele citou o exemplo o Conselho Estadual da Saúde, onde a representação é paritária: 25% dos representantes apenas são do governo, 50% da sociedade civil e 25% das entidades empresariais do setor 25% (hospitais e outros). “A Agapan tem participado no Conselho Nacional do Meio Ambiente, na CTNBio e temos visto, realmente, o totalitarismo do grande empreendedor, do grande capital, em relação à sociedade, nestes conselhos somos sistematicamente derrotados”, afirmou Celso Marques, ex-presidente da ONG .

“Se pegarem as atas deste conselho vão ver que os ambientalistas são derrotados sistematicamente, estamos aí por compromisso com a sociedade, fazendo muitas vezes o papel de vaca de presépio. Mas se a gente não comparecer nestas instâncias nos cobram ou não ficamos sabendo o que está sendo decidido no Estado”, continuou Marques. “Estamos vivendo uma farsa de democracia”, arrematou.

Sem Hora para Terminar

Após a saída das ONGs a reunião prosseguiu, com os conselheiros restantes criando temas para debates. Depois que vários já tinham falado, as três Câmaras Técnicas do Consema apresentaram seus pareceres e, para esticar a conversa, foi sugerido que fosse lido todo o zoneamento original feito pelos técnicos da Fepam, descaracterizado na proposta final, e discutido ponto à ponto.

O conselheiro do Ibama que havia permanecido, Marcelo Madeira, pediu então que fosse fixado um teto de horário para terminar a reunião. A sugestão não foi aceita e ele se retirou, enquanto alguém também saía para buscar os sanduíches dos que permaneceram. A informação que circulava, às 19h30min, era que o secretário Otaviano de Moraes estava no Tribunal de Justiça e a cassação da liminar poderia sair a qualquer momento.

(EcoAgência, 09/04/2008)

EcoAgência > Notícia

Legislação Ambiental

Quarta-feira, 09 de Abril de 2008

Justiça suspende liminar da Agapan e zoneamento é aprovado

O biólogo e professor da Ufrgs Paulo Brack, da ONG Ingá, criticou a ausência dos técnicos da Fepam e Fundação Zoobotânica, que por suas entidades afirmam estarem sendo pressionados pelas direções da Sema, Fepam e FZB.

Por Ulisses Nenê, EcoAgência

O jogo em que o Grêmio foi desclassificado da Copa do Brasil já estava quase começando, às 21h30min de hoje (09/04), quando os 19 conselheiros restantes - de um total de 29 - do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), votaram e aprovaram o contestadíssimo Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS).

Eles aguardaram sete horas e meia no auditório da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, encenando discussões e explanações de estudos. Enquanto isso, o secretário da pasta e presidente do Conselho, Otaviano Moraes, agia no Tribunal de Justiça para que fosse cassada a liminar obtida pela Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) - a mais antiga organização de defesa do meio ambiente do país.

Quando começou a reunião extraordinária, convocada para votar o ZAS, Otaviano Moraes avisou que havia recebido uma ordem judicial da 5ª. Vara da Fazenda Pública, suspendendo liminarmente a reunião em função do mandado de segurança da Agapan. A ONG, com base no Regimento Interno do Consema, pediu prazo de 15 dias para examinar a proposta que foi apresentada, em função das mudanças introduzidas no projeto original dos técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam).

Antes, numa exposição com data-show, o secretário mostrou o que, segundo ele, seriam diferenças entre pedido de vistas de documento e vista de processo. Procurador de justiça, o secretário disse a seguir que teria havido confusão nos dois conceitos quando foi concedida a liminar. Logo em seguida, colocou em votação a continuidade da reunião para debates, proposta que foi aprovada.

Na verdade, foi um artifício para que os conselheiros continuassem reunidos, enquanto ele saía, deixando um substituto para dirigir os trabalhos, a fim de providenciar a cassação. Após cerca de uma hora de debates tensos, às 16h, os

representantes das ONGs se retiraram. O biólogo e professor da Ufrgs Paulo Brack, da ONG Ingá, criticou a ausência dos técnicos da Fepam e Fundação Zoobotânica, que por suas entidades afirmam estarem sendo pressionados pelas direções da Sema, Fepam e FZB.

Em entrevista à EcoAgência, ontem, a diretora-presidenta da Fepam, Ana Pellini, confirmou ter pressionado servidores. “É uma vergonha o que está acontecendo”, afirmou Brack, antes de se retirar.

Uma novidade em relação à reunião anterior (04/04) foi a presença de estudantes com faixas protestando contra a implantação das florestas de pinus eucalipto na Metade Sul. “Conselheiros! Certas decisões não devem ser pautadas pelo lucro. Aja com responsabilidade. A saúde de nossas crianças está em suas mãos! Vida é BIODIVERSIDADE”, dizia uma delas.

Farsa de Democracia

O químico e geneticista Flávio Lewgoy, conselheiro da Agapan no Consema, criticou a composição do conselho, onde o governo estadual tem maioria folgada para aprovar o que quiser, como disse o secretário Otaviano Moraes na reunião passada. “O governo tem maioria automática no conselho, a composição dele desde o início foi distorcida, botaram onze representantes de secretarias e mais alguns que automaticamente votam com o governo, é uma sopa aprovarem o que quiserem”, disse Lewgoy.

Ele citou o exemplo do Conselho Estadual da Saúde, onde a representação é paritária: 25% dos representantes apenas são do governo, 50% da sociedade civil e 25% das entidades empresariais do setor 25% (hospitais e outros). “A Agapan tem participado no Conselho Nacional do Meio Ambiente, na CTNBio e temos visto, realmente, o totalitarismo do grande empreendedor, do grande capital, em relação à sociedade, nestes conselhos somos sistematicamente derrotados”, afirmou Celso Marques, ex-presidente da ONG.

“Se pegarem as atas deste conselho vão ver que os ambientalistas são derrotados sistematicamente, estamos aí por compromisso com a sociedade, fazendo muitas vezes o papel de vaca de presépio. Mas se a gente não comparecer nestas instâncias nos cobram ou não ficamos sabendo o que está sendo decidido no Estado”, continuou Marques. “Estamos vivendo uma farsa de democracia”, arrematou.

Zoneamento Descaracterizado

Após a saída das ONGs a reunião prosseguiu, com os conselheiros restantes criando temas para debates. Depois que vários já tinham falado, as três Câmaras Técnicas do Consema apresentaram seus pareceres. E, para esticar a conversa, foi sugerido que fosse lido todo o zoneamento original feito pelos técnicos da Fepam, descaracterizado na proposta final, e discutido ponto a ponto.

O conselheiro do Ibama que havia permanecido, Marcelo Madeira, pediu então que fosse fixado um teto de horário para terminar a reunião. A sugestão não foi aceita e

ele se retirou, enquanto alguém também saía para buscar os sanduíches dos que permaneceram. A informação que circulava, às 19h30min, era que o secretário Otaviano de Moraes estava no Tribunal de Justiça e a cassação da liminar poderia sair a qualquer momento.

Interventores na Sema/Fepam

Eram cerca de 21h quando a suspensão da liminar foi obtida, segundo fortes comentários, com a participação da própria governadora Yeda Crusius. Não seria de estranhar, pois ela garantiu, desde a campanha eleitoral, que faria de tudo para garantir a implantação dos megaprojetos das papeleiras na Metade Sul do Estado. Logo em seguida, a contestada proposta de zoneamento, por técnicos dos órgãos e ONGs ambientais, foi votada e aprovada pelo reduzido grupo que ainda se encontrava num plenário esvaziado.

"É uma situação vexatória para o governo, fica escancarado assim que temos, na verdade, uma intervenção na Sema e na Fepam. É uma secretaria em desvio de função, voltada para a liberação dos licenciamentos das papeleiras somente, sem nenhum tipo de programa de proteção ambiental", declarou Paulo Brack, ao comentar a votação. Membros do Ingá, a ONG de Brack, afirmam que tentaram voltar para acompanhar a votação, mas foram impedidos de entrar no recinto. Os ambientalistas deverão buscar uma forma de recorrer, amanhã.

Texto gentilmente publicado no site
http://www.natbrasil.org.br/noticias/noticias_2008/ZAS.html.

EcoAgência > Notícia

Legislação Ambiental

Sexta-feira, 11 de Abril de 2008

Conselheiro diz que foi impedido de comparecer às reuniões do Consema que aprovaram o ZAS

Protesto contra a monocultura do eucalipto na reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente, quarta-feira

Por Ulisses A. Nenê, para a EcoAgência

Da Ecoagência - Porto Alegre, RS

Nas duas reuniões extraordinárias do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), dias 04 e 09/04, que resultaram na aprovação da proposta do governo para o Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS), quarta-feira, chamou a atenção a ausência do conselheiro representante da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB), biólogo Marcelo Duarte. Ele confirmou, por telefone, os comentários de que foi impedido de comparecer às reuniões.

Primeiro, procuramos o presidente da FZB, Luiz Gheller, mas este respondeu por uma assessora que deveria ser entrevistado o próprio Marcelo Duarte. “Tive problemas para sair, me arrumaram outra agenda para cumprir no mesmo horário”, disse ele, no final da tarde de quarta-feira. Essa outra agenda, acrescentou, foi uma reunião do grupo de trabalho que prepara o Diagnóstico Ambiental do Estado, a ser encaminhado ao Consema apenas no meio do ano.

Nada importante para justificar a ausência dele nas duas reuniões mais decisivas dos últimos anos no órgão máximo da área ambiental no Rio Grande do Sul. “A decisão não foi minha, cumpri a decisão que me mandaram, de comparecer à reunião do diagnóstico”, acrescentou. A ordem, segundo ele, partiu “da direção da casa (FZB), a direção pediu, e eu fui”.

Na reunião extraordinária anterior, sexta-feira, não arranjaram outro compromisso no mesmo horário, mas também não compareceu por ordem superior: “Na anterior também não fui porque me disseram para não ir”, afirmou Marcelo Duarte. Ele contou, no entanto, que como alternativa foi encaminhado, segunda-feira, ao Conselho um documento dos técnicos da FZB envolvidos com o zoneamento, contendo sugestões para o debate dos demais conselheiros.

A Fundação Zoobotânica, até agora, foi o único órgão da área ambiental do Estado onde ainda não foram registradas trocas e transferências de diretores e servidores, mas é muito grande o temor de que comece uma retaliação de parte da Secretaria do Meio Ambiente (Sema) e Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). A diretora-presidente da Fepam é a mais acusada de pressionar e intimidar servidores que não concordam com a proposta aprovada.

Pedido de Providências ao MP

Outra questão importante é que o documento não foi distribuído e nem lido para os demais conselheiros, como deveria acontecer, já que foi entregue no Consema dois dias antes. Quem o recebeu para encaminhá-lo à direção do órgão, consta na via devolvida, foi o secretário-executivo Tiago Castagnetti. O parecer também foi enviado por e-mail, com confirmação de recebimento.

“Vamos solicitar ao Ministério Público para que tome providências para termos acesso a ele. Era um direito nosso termos tido conhecimento deste parecer dos técnicos antes da reunião extraordinária. Se (os conselheiros) ficaram reunidos até as nove horas da noite para aprovação, porque isso não foi lido e discutido?”, questionou o biólogo Paulo Brack, professor da Ufrgs e conselheiro do Consema.

Temeroso, Marcelo Duarte alegou que não tinha cópia com ele, mas conseguimos com outro servidor da Sema ver o seu conteúdo, que a essa altura já está circulando em mensagens. Tem 16 páginas, com propostas objetivas do corpo técnico da FZB que, segundo um dos autores, não contemplam totalmente as ONGs ambientalistas e nem papeleiras, mas oferecem algum regramento ao plantio de exóticas e permitem o amplo desenvolvimento da silvicultura.

Oito Milhões de Hectares

Conforme a divisão do Estado em 45 Unidades de Paisagem Natural (UPNs), eles fizeram uma proposta de percentuais de ocupação pela silvicultura em cada uma, com tamanhos máximos de plantio e distanciamento mínimo entre cada UPN.

Para as áreas de alta restrição (v. mapa), 2%, 5%, até 10% de ocupação com pinus e eucalipto, e monitoramento para verificar a possibilidade de ampliação. Já nas áreas de média restrição para a silvicultura, 15%, 20%, 25% e 30% de ocupação. E nas áreas com baixa restrição, 35% a 50% de ocupação.

”O importante é que essas regras, esses parâmetros reguladores, são apresentados como inviabilizadores da atividade, mas no documento mostramos justamente que não é o caso, seguindo nossas sugestões teríamos 8 milhões de hectares para silvicultura”, comenta um técnico.

“Não é exatamente onde querem, para não atrapalhar a política de compra de terras deles, porque querem comprar conforme a oferta, e se houver limites eles precisam distribuir os investimentos por uma área um pouco maior. Outro temor (das papeleiras) é que nas áreas já plantadas o Ministério Público exija retroatividade para os plantios já estabelecidos”, completa.

Distâncias dos Maciços

Para os maciços - plantios com 500 hectares ou mais - em 15 das 45 UPNs não haveria nenhuma exigência de distanciamento entre os maciços. Nas demais UPNs, foram propostos distanciamentos mínimos entre eles de 01 a 05 quilômetros. Em apenas duas áreas teria que haver a distância máxima de 05 quilômetros, nas regiões de Quaraí/Santana do Livramento e Bom Jesus/São José dos Ausentes. Ali estão os maiores remanescentes do Bioma Pampa e dos Campos de Cima da Serra.

Segundo a proposta, entre os maciços não está proibida a presença de bosques menores nas pequenas propriedades, esclarece a proposta. “São regras claras que garantem que a silvicultura vá se expandir dentro de limites seguros. No futuro pode se aperfeiçoar, mas não podemos partir de uma falta total de critérios, como foi aprovado no Consema, para não chegarmos depois à conclusão de que se passou dos limites e não é mais possível voltar atrás”, defendeu o técnico que mostrou a proposta dos seus colegas da FZB.

Embora tenha sido votado e vencido o modelo de ZAS que o governo do Estado queria, na noite de quarta-feira, sem restrições definidas para a silvicultura, as ONGs ainda estão se movimentando, com o apoio discreto dos técnicos do órgão ambiental, para tentar reverter essa decisão. Procuramos o secretário do Meio Ambiente e presidente do Consema, Otaviano Moraes, para perguntar-lhe sobre o impedimento da presença do conselheiro da FZB na reunião e o sumiço do documento, deixando as perguntas com sua assessoria, mas até 19h não houve resposta. O espaço continua disponível.

**Texto de Ulisses A. Nenê, para a EcoAgência.*

** Texto publicado em http://oboqueirao.zip.net/arch2008-04-06_2008-04-12.html.
Resgate visando recomposição do arquivo da EcoAgência.